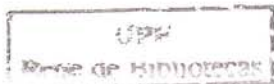


E. P. THOMPSON



COSTUMES EM COMUM

Tradução:
ROSAURA EICHEMBERG

Revisão técnica:
ANTONIO NEGRO
CRISTINA MENEGUELLO
PAULO FONTES

5ª reimpressão

942 T469c 1998

Autor: Thompson, E. P. (Edward Pa

Título: Costumes em comum / .



457928

106674

Ex.5 BC



COMPANHIA DAS LETRAS

106624

Copyright © 1991 by E. P. Thompson

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original:
Customs in Common

Capa:
Ettore Bottini
sobre detalhe de *Ceifeiros* (1785), óleo de
George Strebbs, Tate Gallery, Londres

Índice onomástico:
Maria Cláudia Carvalho Mattos

Preparação:
Cristina Penz

Revisão:
Ana Maria Barbosa
Cecília Ramos
Carmen S. da Costa

Atualização ortográfica:
Página Viva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Thompson, E. P.

Costumes em comum / E. P. Thompson ; revisão técnica
Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. — São Paulo:
Companhia das Letras, 1998.

ISBN 978-85-7164-820-3

1. Classes trabalhadoras – Inglaterra – História – Século 18
2. Cultura popular – Inglaterra – História – Século 18 3. Inglaterra
– Condições econômicas – Século 18 4. Inglaterra – Condições
sociais – Século 18 5. Inglaterra – Usos e costumes – Século 18
I. Título.

98-4533

CDD-306.0942090033

Índice para catálogo sistemático:

1. Inglaterra: Século 18: História social 306.0942090033

2011

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (11) 3707-3500
Fax: (11) 3707-3501
www.companhiadasletras.com.br
www.blogdacompanhia.com.br

SUMÁRIO

Prefácio e agradecimentos.....	9
1. Introdução: costume e cultura.....	13
2. Patrícios e plebeus.....	25
3. Costume, lei e direito comum.....	86
4. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII.....	150
5. Economia moral revisitada.....	203
6. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial.....	267
7. A venda de esposas.....	305
8. <i>Rough music</i>	353
Notas.....	407
Lista de ilustrações.....	483
Índice onomástico.....	485

A ECONOMIA MORAL DA MULTIDÃO INGLESA NO SÉCULO XVIII

*Aquele que retém o trigo, o povo o amaldiçoará: mas que a
bênção recaia sobre a cabeça de quem o vende.*

Provérbios, xi, 26

I

Nos últimos anos, George Rudé e outros têm nos alertado sobre o emprego vago do termo “turba” [*mob*]. Neste capítulo, desejo estender o alerta ao termo “motim” [*riot*], especialmente no que se refere aos “motins da fome” [*food riots*] na Inglaterra do século XVIII.

Essa simples palavra de cinco letras é capaz de encobrir o que pode ser descrito como uma visão espasmódica da história popular. Segundo essa visão, dificilmente se pode tomar a gente comum como agente histórico antes da Revolução Francesa. Antes desse período, ela se intromete ocasional e espasmodicamente na cena histórica, em períodos de repentina perturbação social. Essas intromissões são antes compulsivas que conscientes ou autoativadas: não passam de reações aos estímulos econômicos. Basta mencionar uma colheita malograda ou uma tendência de baixa no mercado, e todos os requisitos da explicação histórica são satisfeitos.

Infelizmente, mesmo entre os poucos historiadores britânicos que contribuíram para o nosso conhecimento dessas ações populares, vários têm apoiado a visão espasmódica. Têm refletido de modo apenas superficial sobre os materiais que eles próprios revelam. Assim Beloff comenta os motins da fome do início do século XVIII: “esse ressentimento, quando o desemprego e os preços elevados se combinavam para tornar a situação insuportável, manifestava-se em ataques aos comerciantes de grãos e aos moleiros, ataques que devem fre-

quentemente ter degenerado em simples desculpas para o crime.”¹ Mas procuramos em vão nas suas páginas a evidência quanto à frequência dessa “degeneração”. Em sua útil crônica dos distúrbios, Wearmouth se permite uma categoria explicativa: “desgraça”.² Ashton, em seu estudo dos motins da fome entre os mineiros de carvão, traz o apoio do paternalista: “a turbulência dos mineiros de carvão certamente deve ser explicada por algo mais elementar do que a política: foi a reação instintiva da virilidade à fome”.³ Os tumultos eram “rebeliões do estômago”, e sugere-se que essa é de certa forma uma explicação consoladora. A linha de análise flui assim: elementar-instintivo-fome. Charles Wilson continua a tradição: “Aumentos espasmódicos nos preços dos alimentos levaram os tripulantes de barcas no Tyne a se rebelar em 1709, e mineiros de estanho a saquear celeiros em Falmouth em 1727”. Um espasmo suscitava outro. O resultado era “pilhagem”.⁴

Durante décadas, a história social sistemática tem se mantido na retaguarda da história econômica, e isso continua até os dias de hoje toda vez que se admite que uma qualificação na segunda disciplina automaticamente confere proficiência na primeira. Portanto, ninguém pode se queixar das pesquisas recentes por tenderem a sofisticar e quantificar uma evidência compreendida apenas imperfeitamente. O decano da escola espasmódica é certamente Rostow, cujo toco “mapa da tensão social” foi apresentado pela primeira vez em 1948.⁵ Segundo esse diagrama, basta reunir um índice de desemprego e outro, de preços elevados dos alimentos, para poder mapear o percurso da perturbação social. Isso contém uma verdade óbvia: “as pessoas protestam quando estão com fome.” Numa linha de raciocínio bem semelhante, um “diagrama da tensão sexual” mostraria que o início da maturidade sexual pode ter correlação com uma frequência mais elevada da atividade sexual. A objeção é que esse diagrama, se empregado de forma pouco inteligente, pode nos levar a concluir a investigação exatamente no ponto em que adquire interesse cultural ou sociológico sério: estando com fome (ou sendo sensuais), o que é que as pessoas fazem? Como o seu comportamento é modificado pelo costume, pela cultura e pela razão? E (tendo admitido que o estímulo primário da “desgraça” está presente) o seu comportamento não contribui para alguma função mais complexa? Função essa que, mediada pela cultura, por mais cozida que seja no fogo da análise estatística, não pode ser reduzida ao estímulo novamente.

Um número muito grande de nossos historiadores do crescimento incorrem num reducionismo econômico crasso, obliterando as complexidades da motivação, comportamento e função, fato que, se percebessem no trabalho análogo de marxistas, provocaria o seu protesto. A debilidade comum a essas explicações é uma visão redutora do homem econômico. O que talvez seja motivo de surpresa é o clima intelectual esquizoide, que permite a coexistên-

cia (nos mesmos lugares e às vezes nas mesmas inteligências) dessa historiografia quantitativa com uma antropologia social que deriva de Durkheim, Weber ou Malinowski. Sabemos tudo a respeito do delicado tecido de normas e reciprocidades sociais que regula a vida dos ilhéus de Trobriand, e conhecemos as energias psíquicas envolvidas nos cultos das cargas na Melanésia; mas, em algum ponto, essa criatura social infinitamente complexa, o homem melanésio, torna-se (em nossas histórias) o mineiro de carvão da Inglaterra do século XVIII, que espasmodicamente bate a mão na barriga e reage a estímulos econômicos elementares.

Contra essa visão espasmódica, oponho minha própria visão.⁶ É possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora. Por noção de legitimação, entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era o consenso ser tão forte a ponto de passar por cima das causas do medo ou da deferência.

O motim da fome na Inglaterra do século XVIII era uma forma altamente complexa de ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros. Determinar até que ponto esses objetivos eram alcançados — isto é, até que ponto tal levante era uma forma “bem-sucedida” de ação — é uma questão demasiado intrincada para estudar nos limites de um capítulo; mas a questão pode ao menos ser proposta (em vez de ser, como de costume, descartada com uma negativa sem passar por nenhum exame), e isso só pode ser feito quando os objetivos próprios das multidões são identificados. É certamente verdade que os motins eram provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome. Mas essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam o pão etc. Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta.

Embora essa economia moral não possa ser descrita como “política” em nenhum sentido mais avançado, tampouco pode ser descrita como apolítica, pois supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum — noções que na realidade encontravam algum apoio na tradição paternalista das autoridades; noções que o povo, por sua vez, fazia soar tão alto que as autoridades ficavam, em certa medida, reféns do povo. Assim, essa

economia moral não se intrometia apenas nos momentos de perturbação social, mas incidia de forma muito geral sobre o governo e o pensamento do século XVIII. A palavra “motim” é demasiado pequena para abarcar tudo isso.

II

Assim como falamos do nexa monetário que emergiu com a Revolução Industrial, em certo sentido podemos falar do nexa do pão no século XVIII. O conflito entre o campo e a cidade era mediado pelo preço do pão. O conflito entre o tradicionalismo e a nova economia política girava em torno das Leis dos Cereais. O conflito econômico das classes na Inglaterra do século XIX encontrou sua expressão característica na questão dos salários; no século XVIII, os trabalhadores mobilizavam-se rapidamente e partiam para a ação por causa do aumento dos preços.

Essa consciência altamente sensível dos consumidores coexistiu com a grande era do desenvolvimento agrícola no cinturão graneiro do Leste e do Sul. Os anos que levaram a agricultura inglesa a um novo grau de excelência foram marcados pelos motins — ou, como os contemporâneos frequentemente os descreviam, pelas “insurreições” ou “levantes dos pobres” — de 1709, 1740, 1756-7, 1766-7, 1773, 1782 e, sobretudo, de 1795 e 1800-1. Essa vivaz indústria capitalista flutuava sobre um mercado irascível que podia a qualquer momento se dissolver em bandos saqueadores, que percorriam o campo com porretes, ou se rebelavam no mercado para “fixar o preço” das provisões num patamar popular. As fortunas das classes capitalistas mais vigorosas dependiam, em última análise, da venda de cereais, carne, lã; e os dois primeiros artigos deviam ser vendidos, com muito pouco processamento intermediário, aos milhões que constituíam os consumidores. Assim, os atritos do mercado nos conduzem a uma área central da vida da nação.

Os trabalhadores do século XVIII não viviam apenas de pão, mas (como mostram os orçamentos coligidos por Eden e David Davies) muitos deles viviam sobretudo de pão. Esse pão não era totalmente de trigo, embora até o início da década de 1790 o pão de trigo viesse ganhando terreno sobre as outras variedades. Na década de 1760, Charles Smith estimava que de uma suposta população de cerca de 6 milhões na Inglaterra e no País de Gales, 3 750 000 comiam trigo, 888 mil comiam centeio, 739 mil comiam cevada e 623 mil comiam aveia.⁷ Por volta de 1790, podemos estimar que pelo menos dois terços da população estavam comendo trigo.⁸ O padrão de consumo refletia, em parte, os graus relativos de pobreza e, em parte, as condições ecológicas. Os distritos com solo pouco produtivo e os distritos das regiões montanhosas (como os montes Peni-

nos), onde o trigo não amadurece, eram os baluartes dos outros cereais. Ainda assim, na década de 1790, os mineiros de estanho da Cornualha se sustentavam principalmente com pão de cevada. Muita farinha de aveia era consumida em Lancashire e Yorkshire — e não apenas pelos pobres.⁹ Os relatos de Northumberland divergem, mas aparentemente Newcastle e muitas das aldeias mineiras circundantes tinham a essa altura passado a comer pão de trigo, enquanto o campo e as cidades menores subsistiam de farinha de aveia, pão de centeio, *maslin*,¹⁰ ou uma mistura de cevada e “ervilha cinzenta” [*gray pease*].¹¹

Durante o século, o pão de trigo continuou a suplantar as variedades mais escuras de farinha integral. Tratava-se em parte dos valores de status que foram atribuídos ao pão branco, mas não era absolutamente só isso. O problema é muito complexo, mas podemos mencionar vários aspectos de forma sucinta. Vender pão branco ou farinha pura tinha vantagens para os padeiros e os moleiros, pois o lucro que podiam ganhar com essas vendas era em geral bem maior. (Ironicamente, esse fato provinha em parte da proteção paternalista ao consumidor, pois o Regulamento do Pão tinha por objetivo impedir que os padeiros lucrassem com a venda do pão aos pobres; por isso, era do interesse do padeiro fazer a menor quantidade de pão “caseiro” possível, e esse pouco ele ainda fazia mal.)¹² Nas cidades, que viviam atentas aos perigos da adulteração, suspeitava-se que o pão preto permitia encobrir com facilidade aditivos nocivos. Nas últimas décadas do século, muitos moleiros adaptaram suas máquinas e suas peneiras de pano, de modo que realmente não podiam preparar a farinha para o pão “caseiro” intermediário, produzindo apenas as qualidades mais finas de farinha para o pão branco, e o “refugio” para um pão escuro (que um observador achou “tão bolorento, causador de cólicas e pernicioso que punha em risco a saúde”).¹³ As tentativas das autoridades no sentido de impor, nos tempos de escassez, a fabricação de qualidades mais grosseiras de pão (ou, como em 1795, o uso geral do pão “caseiro”) eram acompanhadas de muitas dificuldades, e frequentemente da resistência dos moleiros e padeiros.¹⁴

No fim do século, onde quer que o pão de trigo prevalecesse e fosse ameaçado por uma mistura mais grosseira, sentimentos de status estavam profundamente envolvidos. Há uma sugestão de que os trabalhadores acostumados com o pão de trigo realmente não conseguiam trabalhar — sofriam de fraqueza, indigestão ou náusea — se forçados a mudar para misturas mais grosseiras.¹⁵ Mesmo em face dos preços abusivos de 1795 e 1800-1, a resistência de muitos trabalhadores era inflexível.¹⁶ Em 1796, a Guilda dos Intendentes de Calne informou ao Conselho Privado [Privy Council] que pessoas “respeitáveis” estavam comendo a mistura de cevada e trigo exigida pela autoridade, e que os artesãos e operários pobres com famílias grandes

em geral comem apenas pão de cevada. O resto, com famílias menores, talvez um terço dos artesãos pobres e outros artesãos (dizendo não conseguir nada *a não ser pão*), só têm comido, como antes da carestia, o pão do padeiro, feito com a farinha de trigo dita de segunda qualidade.¹⁷

O magistrado de Reigate informava, em termos semelhantes:

[...] a respeito dos trabalhadores pobres que quase não têm outro sustento a não ser pão, e que pelo costume da região sempre têm comido pão feito apenas de trigo; entre esses não tenho forçado, nem desejado o emprego de um pão misturado, por receio de que não fiquem nutridos o suficiente para suportar o seu trabalho.

Aqueles poucos trabalhadores que tinham provado a mistura “sentiram-se fracos, quentes e incapazes de trabalhar com algum grau de vigor”.¹⁸ Quando, em dezembro de 1800, o governo estabeleceu uma lei (conhecida popularmente como a Lei do Pão Preto ou “Lei do Veneno”) que proibia os moleiros de fazer qualquer outra farinha a não ser a integral, a reação do povo foi imediata. Em Horsham (Sussex),

Um grupo de mulheres [...] foi até o moinho de vento de Gosden, onde, atacando o moleiro por lhes ter fornecido farinha escura, elas se apoderaram do pano com que ele estava peneirando a farinha segundo as instruções da Lei do Pão, e cortaram-no em mil pedaços; ameaçando fazer o mesmo com todos os utensílios similares que, em futuras tentativas, ele pudesse utilizar para o mesmo fim. Mais tarde a líder amazona dessa cavalgada de saias pagou para as companheiras um guinéu de drinques na taverna Crab Tree.

Em consequência dessas ações, a lei foi revogada em menos de dois meses.¹⁹

Em tempos de preços altos, mais da metade do orçamento semanal da família de um trabalhador poderia ser gasto em pão.²⁰ Como é que esses cereais passavam das colheitas nos campos para as casas dos trabalhadores? À primeira vista parece simples. Temos os cereais: são colhidos, debulhados, levados ao mercado, moídos no moinho, assados e comidos. Mas, em cada etapa desse processo, há complexidades irradiadoras, oportunidades de extorsão, pontos de inflamação em torno dos quais as revoltas podiam surgir. E dificilmente é possível seguir adiante sem delinear, de forma esquemática, o modelo paternalista do processo mercantil e manufatureiro — o ideal platônico tradicional a que se recorria na lei, nos folhetos ou nos movimentos de protesto — com o qual as realidades espinhosas do comércio e do consumo se chocavam.

O modelo paternalista existia no corpo desgastado da lei estatutária, bem como no direito consuetudinário e no costume. Era o modelo que frequentemente informava as ações do governo em épocas de emergência até a década de 1770; e ao qual muitos magistrados locais continuavam a recorrer. Nesse

modelo, o mercado devia ser, na medida do possível, *direto*, do agricultor para o consumidor. Os agricultores deviam trazer os cereais a granel para a praça do mercado local; não deviam vendê-lo enquanto ainda estivesse no campo, nem deviam retê-lo na esperança da elevação dos preços. Os mercados deviam ser controlados; não se podia vender antes de horas determinadas, quando soava um sino; os pobres deviam ter a oportunidade de comprar primeiro os grãos, a farinha fina ou a farinha grossa, em pequenas porções, com pesos e medidas devidamente supervisionados. Numa determinada hora, quando suas necessidades estivessem atendidas, soava um segundo sino, e os comerciantes mais abastados (devidamente licenciados) podiam então fazer as suas compras. Os comerciantes eram limitados por muitas restrições, inscritas nos mofados pergaminhos das leis contra compras antecipadas [*forestalling*], compras para futura revenda [*regrating*] e açambarcamentos [*engrossing*], codificadas no reinado de Edward VI. Eles não deviam comprar (nem os fazendeiros deviam vender) por amostragem. Não deviam comprar grãos ainda não colhidos, nem podiam comprar para revender com lucro (dentro de três meses) no mesmo mercado ou em mercados vizinhos, e assim por diante. De fato, na maior parte do século XVIII, o intermediário continuava a ser legalmente suspeito, e suas operações eram, em teoria, severamente restringidas.²¹

Da supervisão dos mercados passamos para a proteção ao consumidor. Os moleiros e — num grau maior — os padeiros eram considerados criados da comunidade, pois não trabalhavam pelo lucro, mas por uma boa remuneração. Muitos dos pobres compravam os seus grãos diretamente no mercado (ou os obtinham como suplemento de salários ou na respiga); os levavam ao moinho para serem moídos, e então o moleiro podia exigir a maquia fixada pelo costume, e depois eles assavam o seu próprio pão. Em Londres e naquelas cidades grandes onde essas práticas já haviam deixado há muito tempo de ser a regra, a remuneração ou o lucro dos padeiros era calculado rigorosamente de acordo com o Regulamento do Pão, pelo qual o preço ou o peso do pão era determinado em relação ao preço do trigo em vigor.²²

Esse modelo, é claro, afasta-se em muitos pontos das realidades do século XVIII. O mais surpreendente é observar como parcelas suas ainda operavam até quase o fim do século. Assim Aikin, em 1795, é capaz de descrever a regulamentação ordeira do mercado de Preston:

Os mercados semanais [...] são extremamente bem regulados para impedir compras antecipadas e compras para futura revenda. Ninguém a não ser os habitantes da cidade tem permissão de comprar durante a primeira hora, que vai das oito às nove da manhã; às nove, outros podem comprar; mas nada do que ainda não foi vendido pode ser retirado do mercado até uma hora, com exceção dos peixes [...].²³

No mesmo ano, na região Sudoeste (outra área conhecida pelo tradicionalismo), as autoridades municipais em Exeter tentaram controlar “os atravessadores, os vendedores ambulantes, os varejistas”, excluindo-os do mercado entre as oito da manhã e o meio-dia, horas em que o sino da prefeitura soava.²⁴ O Regulamento do Pão ainda estava em vigor durante todo o século XVIII em Londres e em muitas cidades-mercados.²⁵ Se examinamos o caso da venda por amostragem, observamos o quanto é perigoso admitir prematuramente a dissolução das restrições impostas pelo costume.

Supõe-se frequentemente que a venda de cereais por amostras era prática geral em meados do século XVII, quando Beste descreve a prática em East Yorkshire,²⁶ e certamente em 1725, quando Defoe redige a sua famosa descrição do comércio de cereais.²⁷ Mas, embora por essa data muitos dos grandes fazendeiros vendessem sem dúvida por amostragem na maioria dos condados, as antigas praças dos mercados ainda eram comuns, e até sobreviviam nos arredores de Londres. Em 1718, um autor de panfletos descrevia o declínio dos mercados rurais como se tivesse ocorrido apenas em anos recentes:

O que se vê não é mais do que bazares e barracas que vendem quinquilharias e badulaques [...]. As taxas são quase nulas; e se muitos habitantes ainda lembram que cem, duzentas, talvez trezentas, e, em alguns burgos, quatrocentas cargas de cereais costumavam vir à cidade num dia, agora a grama cresce na praça do mercado.

Os fazendeiros (reclamava) passaram a evitar o mercado e a negociar com intermediários e outros “atravessadores” na sua própria casa. Outros fazendeiros ainda levavam ao mercado uma única carga, “para manter as aparências no mercado e conseguir que o preço fosse estabelecido”, mas o comércio principal era feito por meio de “parcelas de cereais num saco ou pano, chamadas amostras”.²⁸

Esse era, na verdade, o curso das coisas. Mas muitos pequenos agricultores continuavam a colocar os seus grãos no mercado como antes; e o antigo modelo se mantinha nas mentes dos homens como uma fonte de ressentimentos. Os novos procedimentos do mercado eram repetidamente contestados. Em 1710, uma petição em nome dos pobres de Stony Stratford (Buckinghamshire) reclama que os agricultores e os negociantes estavam “comprando e vendendo nos pátios das fazendas e em seus celeiros, de modo que agora os habitantes pobres não podem ter grãos a preços razoáveis para o nosso dinheiro, o que é uma grande calamidade”.²⁹ Em 1733, vários burgos enviaram petições à Câmara dos Comuns contra a prática: Haslemere (Surrey) se queixava de que os moleiros e os farinheiros estavam açambarcando o mercado — eles “secretamente compravam grandes quantidades de cereais em pequenas amostras, recusando-se a comprar os grãos oferecidos no mercado aberto”.³⁰ Há uma sugestão de algo fraudulento na prática e de perda de transparência nos procedimentos do mercado.

À medida que o século avança, as queixas não desaparecem, embora tendam a se mover para o Norte e para o Oeste. Na carestia de 1756, o Conselho Privado, além de reativar as antigas leis contra as compras antecipadas, lançou uma proclamação ordenando que “todos os fazendeiros, sob pena de severas punições, devem levar seus cereais ao mercado aberto, e não devem vendê-los por amostragem em suas próprias moradias”.³¹ Mas as autoridades não gostavam de ser muito pressionadas sobre esse ponto: em 1766 (outro ano de escassez), os magistrados de Surrey inquiriram se comprar por amostragem continuava a ser realmente um delito passível de punição, e receberam uma resposta assombrosamente evasiva — o secretário de Sua Majestade não está autorizado pelo seu cargo a interpretar as leis.³²

Dois cartas nos ajudam a compreender a difusão das novas práticas para o Oeste. Escrevendo a Lord Shelbourne em 1766, um correspondente acusava os negociantes e os moleiros em Chippenham de “conspiração”:

Ele próprio mandou alguém ao mercado comprar oito alqueires de trigo, e embora houvesse na praça muitos carregamentos, e logo soasse o sino do mercado, sempre que seu agente fazia o pedido, a resposta era “Já foi vendido”. Por isso, embora [...] para evitar a punição da lei, eles levem os grãos ao mercado, a barganha é realizada antes, e o mercado não passa de uma farsa [...].³³

(Essas práticas podiam ser o verdadeiro motivo das sedições: em junho de 1757, informava-se que “a população se rebelou em Oxford e em poucos minutos tomou e dividiu uma carga de cereais, suspeita de ter sido comprada por amostra e levada ao mercado apenas para manter as aparências”.)³⁴ A segunda carta, de um correspondente de Dorchester em 1772, descreve uma prática diferente de fixar o preço de mercado: ele reclamava que os grandes fazendeiros se reuniam para fixar o preço antes do mercado, “e muitos desses homens não querem vender menos de quarenta alqueires, o que os pobres não podem comprar. Portanto, o moleiro, que não é inimigo do fazendeiro, fixa o preço que ele pede, e os pobres têm de aceitar as suas condições”.³⁵

Os paternalistas e os pobres continuavam a se queixar da extensão das práticas do mercado que nós, em retrospectiva, tendemos a admitir como inevitável e “natural”.³⁶ Mas o que agora parece inevitável não era necessariamente aceito no século XVIII. Um folheto característico (de 1768) exclamava de modo indignado contra a suposta liberdade de cada fazendeiro fazer o que bem quisesse com o que era seu. Isso seria uma liberdade “natural”, mas não “civil”. “Portanto, não se pode dizer que isso seja a liberdade do cidadão, ou de quem vive sob a proteção de uma comunidade; é antes a liberdade de um selvagem; assim, quem tira partido dessa liberdade não merece a proteção conferida pelo poder da sociedade.” A presença do fazendeiro no mercado é

“uma parte material de seu dever; não se deve tolerar que ele esconda ou disponha de suas mercadorias em outro lugar”.³⁷ Depois da década de 1760, entretanto, as praças de mercado desempenhavam uma função tão irrelevante na maioria das áreas do Sul e das Midlands que, nesses distritos, a queixa contra a venda por amostragem é muito menos frequente, embora a reclamação de que os pobres não possam comprar em pequenas parcelas ainda se faça escutar no final do século.³⁸ Em certas áreas do Norte, a história era diferente. Em 1795, uma petição dos trabalhadores de Leeds reclama dos “agentes comerciais dos cereais, dos moleiros e de um grupo de pessoas que chamamos de atravessadores e farinhaes, pessoas que têm os cereais nas mãos, podendo retê-los e vendê-los ao preço que desejarem, caso contrário não os venderão”. “Os fazendeiros não levam os cereais ao mercado, a não ser aqueles que carregam no bolso como amostras [...] o que faz os pobres resmungarem muito.” Levou muito tempo para que um processo, frequentemente datado de pelo menos cem anos antes, se desenvolvesse.

Examinamos esse exemplo para ilustrar a densidade e a particularidade do detalhe, a diversidade das práticas locais e o modo como o ressentimento popular podia explodir quando mudavam as antigas práticas do mercado. A mesma densidade, a mesma diversidade, existe por toda a área comercial, definida dificultosamente. O modelo paternalista estava certamente se rompendo em muitos outros pontos. O Regulamento do Pão, embora eficaz em controlar os lucros dos padeiros, refletia simplesmente o preço do trigo ou da farinha em vigor, e não podia de modo algum influenciá-lo. Em Hertfordshire e no vale do Tâmsa, os moleiros eram então empresários muito ricos, que às vezes comerciavam grãos ou malte, além de beneficiar farinha em grande escala.⁴⁰ Fora dos principais distritos de cultivo dos cereais, os mercados urbanos simplesmente não podiam ser supridos sem a operação de agentes comerciais, cujas atividades teriam sido anuladas se a legislação contra os que faziam compras antecipadas tivesse sido rigorosamente posta em vigor.

Até que ponto as autoridades reconheciam que seu modelo estava se afastando da realidade? A resposta deve mudar de acordo com as autoridades em questão e com o desenrolar do século. Mas pode-se dar uma resposta geral: em sua prática normal, os paternalistas reconheciam grande parte da mudança, mas voltavam a recorrer ao modelo sempre que surgia uma emergência. Nisso eram em parte reféns do povo, que adotava partes do modelo como seu direito e herança. Chega-se a ter a impressão de que a ambiguidade era realmente bem-vinda. Em distritos atingidos por motins, ela dava aos magistrados, nos tempos de escassez, algum espaço de manobra e algum endosso às suas tentativas de reduzir os preços por persuasão. Quando o Conselho Privado autorizou (como em 1709, 1740, 1756 e 1766) a divulgação de proclamações em letras góticas

ilegíveis, ameaçando com punições terríveis os que compravam os cereais de antemão, os que compravam os grãos para vendê-los em outro lugar, os que embarcavam as cargas, os atravessadores, os traficantes etc., esse recurso ajudou os magistrados a incutir o temor a Deus nos moleiros e comerciantes locais. É verdade que a legislação contra as compras antecipadas foi revogada em 1772; mas o instrumento da revogação não foi bem redigido, e durante o seguinte grande período de escassez, em 1795, Lord Kenyon, presidente do tribunal, assumiu a responsabilidade de anunciar que as compras antecipadas ainda eram um delito indiciável pelo direito consuetudinário: “embora a lei de Edward VI tenha sido revogada (se com ou sem razão, não me cabe decidir), ainda assim essa prática continua a ser um delito pelo direito consuetudinário, coevo com a constituição”.⁴¹ A torrente de acusações que pode ser observada durante todo o século — em geral de pequenos delitos, e apenas nos anos de escassez — não secava: na realidade, houve provavelmente mais acusações em 1795 e 1800-1 do que em qualquer momento nos 25 anos anteriores.⁴² Mas é claro que tinham a intenção de produzir um efeito simbólico, eram uma demonstração para os pobres de que as autoridades agiam diligentemente para defender os seus interesses.

Assim, o modelo paternalista tinha uma existência ideal e, igualmente, uma existência real fragmentária. Nos anos de boas colheitas e preços moderados, as autoridades caíam no esquecimento. Mas se os preços subiam e os pobres se tornavam turbulentos, o modelo era ressuscitado, pelo menos para produzir o efeito simbólico.

III

Poucas vitórias intelectuais têm sido mais esmagadoras do que a conquistada pelos proponentes da nova economia política na questão da regulamentação do comércio de cereais interno. Na realidade, a vitória parece tão absoluta a alguns historiadores que eles mal escondem sua impaciência com o grupo derrotado.⁴³ O modelo da nova economia política pode ser convenientemente adotado como sendo o de Adam Smith, embora se possa tomar *A riqueza das nações* não só como ponto de partida, mas também como uma grande estação central para onde convergem muitas linhas importantes de discussão na metade do século XVIII (algumas delas, como o lúcido *Tracts on the corn trade* [Tratados sobre o comércio de cereais] de Charles Smith [1758-9], especificamente interessadas em demolir a antiga regulamentação paternalista do mercado). O debate entre 1767 e 1772, que culminou na revogação da legislação contra as compras antecipadas, assinalou uma vitória do *laissez-faire* nessa área, quatro anos antes de o trabalho de Adam Smith ser publicado.

Isso significava mais um antimodelo do que um modelo novo — uma negativa direta das políticas desintegradoras de “provisão” no reinado dos Tudor. “Que todo decreto que se refira às Leis dos Cereais seja revogado”, escreveu Arthur Not em 1773; “Que os cereais fluam como água, e eles encontrarão seu nível”.⁴⁴ A “liberdade ilimitada e irrestrita do comércio dos cereais” era também o que Adam Smith pleiteava.⁴⁵ A nova economia trazia consigo uma desmoralização da teoria do comércio e do consumo, algo não menos importante do que a dissolução, mais amplamente discutida, das restrições à usura.⁴⁶ Por “desmoralização” não se sugere que Smith e seus colegas fossem imorais⁴⁷ ou que não se preocupassem com o bem público.⁴⁸ O que se quer dizer é, antes, que a nova economia política havia sido limpa de imperativos morais importunos. Os antigos folhetistas eram, primeiro, moralistas e, depois, economistas. Na nova teoria econômica, as questões sobre a organização política moral do mercado não têm vez a não ser como preâmbulo e epílogo.

Em termos práticos, o novo modelo funcionava da seguinte maneira. A operação natural da oferta e demanda no mercado livre maximizaria a satisfação de todos os grupos e estabeleceria o bem comum. O mercado nunca era mais bem *regulado* do que quando deixavam que se *regulasse* por si mesmo. No curso de um ano normal, o preço dos cereais se ajustaria pelo mecanismo do mercado. Logo depois da colheita, os pequenos agricultores, e todos aqueles que tinham de pagar vencimentos e rendas no dia de São Miguel (29 de setembro), debulhavam os seus cereais e os levavam ao mercado, ou então liberavam aqueles cuja venda fora pré-contratada. De setembro ao Natal, a expectativa era de preços baixos. Os fazendeiros médios retinham os seus cereais, na esperança de um mercado em elevação, até o começo da primavera; enquanto os fazendeiros mais opulentos e a *gentry* agricultora retinham parte dos seus ainda por mais tempo — de maio até agosto — na expectativa de pegar o mercado no auge. Dessa forma, as reservas de cereais da nação eram convenientemente racionadas, pelo mecanismo dos preços, num período de 52 semanas, sem nenhuma intervenção por parte do Estado. Na medida em que os intermediários interviam e contratavam antecipadamente a venda da colheita dos fazendeiros, eles executavam esse serviço de racionamento com maior eficiência ainda. Nos anos de carestia, o preço dos grãos podia subir a alturas incômodas; mas isso era providencial, pois (além de dar um incentivo ao importador) era de novo uma forma eficaz de racionamento, sem a qual todos os estoques seriam consumidos nos primeiros nove meses do ano, e nos restantes três meses a carestia seria substituída pela fome.

A única maneira de essa economia autorreguladora entrar em colapso era pela interferência do Estado e do preconceito popular.⁴⁹ Era preciso deixar que os cereais fluíssem livremente das áreas de excedentes para as áreas de escassez.

Por isso, o intermediário desempenhava um papel necessário, produtivo e elogiável. Smith descartava sumariamente os preconceitos contra os que compravam grãos antecipadamente como superstições do nível da bruxaria. A interferência no padrão natural do comércio podia induzir períodos de escassez local ou desencorajar os agricultores a aumentar a sua produtividade. Se fossem forçadas as vendas prematuras, ou se os preços fossem limitados em tempos de carestia, os estoques excedentes poderiam ser consumidos. Se os agricultores retivessem os seus grãos por um tempo demasiado longo, provavelmente sofreriam prejuízos quando os preços despencassem. Quanto aos outros culpados populares — os moleiros, os farinhaes, os comerciantes, os padeiros —, aplicava-se grande parte da mesma lógica. Os seus ofícios eram competitivos. Na melhor das hipóteses, podiam apenas distorcer o nível natural dos preços durante curtos períodos, e frequentemente, em última instância, para seu próprio prejuízo. Quando os preços começaram a subir de modo demasiado no final do século, não se via o remédio num retorno da regulamentação do mercado, mas em mais cercamentos, cultivo dos descampados, desenvolvimento.

Não deveria ser necessário argumentar que o modelo de uma economia natural e autorreguladora, funcionando providencialmente para o bem de todos, é tão supersticioso quanto as noções que sustentavam o modelo paternalista — embora, curiosamente, seja uma superstição que alguns historiadores econômicos têm sido os últimos a abandonar. Em alguns aspectos, o modelo de Smith se adaptava mais acuradamente às realidades do século XVIII do que o modelo paternalista; e, em simetria e alcance de construção intelectual, era superior. Mas não se deve deixar de perceber o ar ilusório de validação empírica que o modelo contém. Enquanto o primeiro apela a uma norma moral — ao que *devem* ser as obrigações recíprocas dos homens —, o segundo parece dizer: “é assim que as coisas funcionam, ou funcionariam se o Estado não interferisse”. Entretanto, quando se consideram essas seções de *A riqueza das nações*, elas impressionam menos como um ensaio de investigação empírica do que como um excelente ensaio de lógica que se autovalida.

Quando consideramos a organização real do comércio de cereais do século XVIII, não temos à mão a verificação empírica de nenhum dos dois modelos. Tem-se feito pouca investigação detalhada acerca do mercado;⁵⁰ não há nenhum estudo importante sobre a figura-chave do moleiro.⁵¹ Até a primeira letra do alfabeto de Smith — o pressuposto de que os preços altos eram uma forma eficaz de racionamento — continua a não ser mais do que uma afirmação. É notório que a demanda de cereais ou de pão é altamente inelástica. Quando o pão custa caro, os pobres (como lembraram certa vez a uma observadora das altas esferas) não comem bolo. Da perspectiva de alguns observadores, quando os preços subiam, os trabalhadores talvez comessem a mesma quantidade de pão, mas corta-

vam outros itens nos seus orçamentos; talvez até comessem *mais* pão para compensar a perda de outros itens. De um xelim, num ano normal, seis pence seriam gastos com pão, seis pence com “carne inferior e muitos produtos da horta”; mas num ano de preços altos, todo o xelim seria gasto com pão.⁵²

De qualquer modo, é bem conhecido que os movimentos dos preços dos grãos não podem ser explicados por simples mecanismos de oferta e procura; e a subvenção paga para encorajar a exportação de cereais distorcia ainda mais a questão. Ao lado do ar e da água, os cereais eram uma necessidade fundamental da vida, anormalmente sensível a qualquer carência na oferta. Em 1796, Arthur Young calculava que o déficit total de grãos de trigo era menos de 25%; mas o aumento dos preços era de 81%: o que dava (pelos seus cálculos) um lucro de 20 milhões de libras para a comunidade agrícola num ano normal.⁵³ Os escritores tradicionalistas se queixavam de que os agricultores e os negociantes agiam com a força do “monopólio”; eram refutados, folheto após folheto, como sendo “demasiado absurdos para serem levados a sério: o quê! mais de 200 mil pessoas [...]!”⁵⁴ Entretanto, o ponto em questão não era se este fazendeiro ou aquele negociante podia agir como “monopolista”, mas se os produtores e comerciantes em conjunto podiam, com uma longa sequência contínua de circunstâncias favoráveis, tirar proveito de seu controle sobre uma necessidade fundamental da vida e aumentar o preço para o consumidor, de forma bem semelhante ao que as nações industrializadas desenvolvidas têm feito atualmente, aumentando o preço de certas mercadorias manufaturadas para as nações menos desenvolvidas.

À medida que o século avançava, os procedimentos do mercado se tornavam menos transparentes, pois os cereais passavam pelas mãos de uma rede mais complexa de intermediários. Os fazendeiros não vendiam num mercado aberto competitivo (o que, num sentido local e regional, era um objetivo que pertencia mais ao modelo paternalista que ao modelo *laissez-faire*), mas a negociantes ou moleiros que estavam em melhor posição de reter os estoques e manter o mercado em alta. Nas últimas décadas do século, com o crescimento da população, o consumo pressionava constantemente a produção, e os produtores podiam controlar de forma mais geral o mercado das vendas. Embora na verdade não inibissem significativamente a importação de grãos durante os períodos de escassez, as circunstâncias durante a guerra não deixavam de acentuar as tensões psicológicas naqueles anos.⁵⁵ O que importava na hora de estabelecer o preço pós-colheita era a expectativa do rendimento da colheita: e, nas últimas décadas do século, há evidências do desenvolvimento de um lobby dos fazendeiros, bem consciente dos fatores psicológicos implicados nos níveis dos preços pós-colheita, que assiduamente fomentava uma expectativa de escassez.⁵⁶ É notório que nos anos de carestia as faces dos agricultores se emolduravam de sorrisos,⁵⁷ enquanto nos anos de colheita abundante a ge-

Por isso, o intermediário desempenhava um papel necessário, produtivo e elogiável. Smith descartava sumariamente os preconceitos contra os que compravam grãos antecipadamente como superstições do nível da bruxaria. A interferência no padrão natural do comércio podia induzir períodos de escassez local ou desencorajar os agricultores a aumentar a sua produtividade. Se fossem forçadas as vendas prematuras, ou se os preços fossem limitados em tempos de carestia, os estoques excedentes poderiam ser consumidos. Se os agricultores retivessem os seus grãos por um tempo demasiado longo, provavelmente sofreriam prejuízos quando os preços despencassem. Quanto aos outros culpados populares — os moleiros, os farinheiros, os comerciantes, os padeiros —, aplicava-se grande parte da mesma lógica. Os seus ofícios eram competitivos. Na melhor das hipóteses, podiam apenas distorcer o nível natural dos preços durante curtos períodos, e frequentemente, em última instância, para seu próprio prejuízo. Quando os preços começaram a subir de modo demasiado no final do século, não se via o remédio num retorno da regulamentação do mercado, mas em mais cercamentos, cultivo dos descampados, desenvolvimento.

Não deveria ser necessário argumentar que o modelo de uma economia natural e autorreguladora, funcionando providencialmente para o bem de todos, é tão supersticioso quanto as noções que sustentavam o modelo paternalista — embora, curiosamente, seja uma superstição que alguns historiadores econômicos têm sido os últimos a abandonar. Em alguns aspectos, o modelo de Smith se adaptava mais acuradamente às realidades do século XVIII do que o modelo paternalista; e, em simetria e alcance de construção intelectual, era superior. Mas não se deve deixar de perceber o ar ilusório de validação empírica que o modelo contém. Enquanto o primeiro apela a uma norma moral — ao que *dever* ser as obrigações recíprocas dos homens —, o segundo parece dizer: “é assim que as coisas funcionam, ou funcionariam se o Estado não interferisse”. Entretanto, quando se consideram essas seções de *A riqueza das nações*, elas impressionam menos como um ensaio de investigação empírica do que como um excelente ensaio de lógica que se autovalida.

Quando consideramos a organização real do comércio de cereais do século XVIII, não temos à mão a verificação empírica de nenhum dos dois modelos. Tem-se feito pouca investigação detalhada acerca do mercado;⁵⁰ não há nenhum estudo importante sobre a figura-chave do moleiro.⁵¹ Até a primeira letra do alfabeto de Smith — o pressuposto de que os preços altos eram uma forma eficaz de racionamento — continua a não ser mais do que uma afirmação. É notório que a demanda de cereais ou de pão é altamente inelástica. Quando o pão custa caro, os pobres (como lembraram certa vez a uma observadora das altas esferas) não comem bolo. Da perspectiva de alguns observadores, quando os preços subiam, os trabalhadores talvez comessem a mesma quantidade de pão, mas corta-

vam outros itens nos seus orçamentos; talvez até comessem *mais* pão para compensar a perda de outros itens. De um xelim, num ano normal, seis pence seriam gastos com pão, seis pence com “carne inferior e muitos produtos da horta”; mas num ano de preços altos, todo o xelim seria gasto com pão.⁵²

De qualquer modo, é bem conhecido que os movimentos dos preços dos grãos não podem ser explicados por simples mecanismos de oferta e procura; e a subvenção paga para encorajar a exportação de cereais distorcia ainda mais a questão. Ao lado do ar e da água, os cereais eram uma necessidade fundamental da vida, anormalmente sensível a qualquer carência na oferta. Em 1796, Arthur Young calculava que o déficit total de grãos de trigo era menos de 25%; mas o aumento dos preços era de 81%: o que dava (pelos seus cálculos) um lucro de 20 milhões de libras para a comunidade agrícola num ano normal.⁵³ Os escritores tradicionalistas se queixavam de que os agricultores e os negociantes agiam com a força do “monopólio”; eram refutados, folheto após folheto, como sendo “demasiado absurdos para serem levados a sério: o quê! mais de 200 mil pessoas [...]!”.⁵⁴ Entretanto, o ponto em questão não era se este fazendeiro ou aquele negociante podia agir como “monopolista”, mas se os produtores e comerciantes em conjunto podiam, com uma longa sequência contínua de circunstâncias favoráveis, tirar proveito de seu controle sobre uma necessidade fundamental da vida e aumentar o preço para o consumidor, de forma bem semelhante ao que as nações industrializadas desenvolvidas têm feito atualmente, aumentando o preço de certas mercadorias manufaturadas para as nações menos desenvolvidas.

À medida que o século avançava, os procedimentos do mercado se tornavam menos transparentes, pois os cereais passavam pelas mãos de uma rede mais complexa de intermediários. Os fazendeiros não vendiam num mercado aberto competitivo (o que, num sentido local e regional, era um objetivo que pertencia mais ao modelo paternalista que ao modelo *laissez-faire*), mas a negociantes ou moleiros que estavam em melhor posição de reter os estoques e manter o mercado em alta. Nas últimas décadas do século, com o crescimento da população, o consumo pressionava constantemente a produção, e os produtores podiam controlar de forma mais geral o mercado das vendas. Embora na verdade não inibissem significativamente a importação de grãos durante os períodos de escassez, as circunstâncias durante a guerra não deixavam de acentuar as tensões psicológicas naqueles anos.⁵⁵ O que importava na hora de estabelecer o preço pós-colheita era a expectativa do rendimento da colheita: e, nas últimas décadas do século, há evidências do desenvolvimento de um lobby dos fazendeiros, bem consciente dos fatores psicológicos implicados nos níveis dos preços pós-colheita, que assiduamente fomentava uma expectativa de escassez.⁵⁶ É notório que nos anos de carestia as faces dos agricultores se emolduravam de sorrisos,⁵⁷ enquanto nos anos de colheita abundante a ge-

nerosidade irrefletida da Mãe Natureza suscitava gritos agrícolas de “desgraça”. E por mais generosa que a produção pudesse parecer aos olhos do cidadão, toda colheita era acompanhada por boatos de mofo, inundações, espigas bichadas que se desfaziam em pó quando começava a debulha.

O modelo de livre mercado pressupõe uma sequência de pequenos a grandes fazendeiros, levando seus cereais para o mercado ao longo do ano; mas no final do século, quando um ano de preços altos se sucedia a outro de preços altos, era maior o número de pequenos agricultores capaz de reter a oferta até que os preços do mercado se elevassem ao valor que desejavam. (Para eles, afinal, o mercado não era uma questão de rotina, mas de interesse intenso e absorvente: o seu proveito do ano todo podia depender em grande parte do preço que três ou quatro medas de cereais conseguissem alcançar.) Se rendas tinham de ser pagas, o crescimento dos bancos rurais facilitava o atendimento das necessidades do fazendeiro.⁵⁸ Os motins de setembro ou outubro eram em geral provocados quando os preços não baixavam depois de uma colheita aparentemente abundante, indicando um confronto consciente entre o produtor relutante e o consumidor irado.

Não apresentamos esses comentários para refutar Adam Smith, mas simplesmente para assinalar pontos em que se deve ter cautela, enquanto nosso conhecimento não é mais abrangente. Do modelo *laissez-faire*, devemos dizer apenas que não é comprovado empiricamente; é inerentemente improvável; e há alguma evidência em contrário. Fomos recentemente lembrados de que “os mercadores ganhavam dinheiro no século XVIII”, e que os mercadores de grãos podem ter ganho dinheiro “operando o mercado”.⁵⁹ Tais operações são registradas de vez em quando, embora raramente de forma tão franca quanto no diário de um agricultor e mercador de cereais de Whittlesford (Cambridgeshire) em 1802:

Comprei centeio para daqui a doze meses a cinquenta xelins por quarto de tonelada. Podia ter vendido a 122 xelins por quarto de tonelada. Os pobres receberam a sua farinha, centeio bom, a dois xelins e seis pence por celamim. A paróquia me pagou a diferença, que era de um xelim e nove pence por celamim. Foi uma bênção para os pobres e muito bom para mim. Comprei 320 quartos de tonelada.⁶⁰

O lucro nessa transação foi superior a mil libras.

IV

Se é possível reconstruir modelos alternativos claros às políticas dos economistas tradicionalistas e dos economistas políticos, será possível fazer o mesmo para a economia moral da multidão? Essa tarefa é menos fácil. Somos confrontados com um conjunto complexo de análise racional, preconceito e padrões tradicionais de resposta à escassez. Tampouco é possível, em qualquer

momento dado, identificar claramente os grupos que endossavam as teorias da multidão. Eles compreendem pessoas articuladas e inarticuladas, e incluem homens de educação e boas maneiras. Depois de 1750, cada ano de escassez era acompanhado por uma inundação de folhetos e cartas à imprensa, de valor desigual. Era uma queixa comum dos protagonistas do mercado livre de cereais que membros desavisados da *gentry* adicionavam combustível às chamas do descontentamento da turba.

Há verdade nisso tudo. Na realidade, a multidão tirava a sua noção de legitimação do modelo paternalista. Muitos fidalgos ainda se indignavam com o intermediário que para eles era um mercador não autorizado. Nos lugares em que os senhores das herdades conservavam os direitos do mercado, eles se ressentiam da perda de seus tributos mercantis (por causa das vendas por amostragem). Se eram senhores fazendeiros, que viam a farinha grossa ou fina ser negociada a preços desproporcionalmente elevados em relação ao que recebiam dos negociantes, eles se indignavam ainda mais com os lucros desses comerciantes comuns. O ensaísta de 1718 tem um título que é um compêndio de seu tema: *An essay to prove that regrators, engrossers, forestallers, hawkers and jobbers of corn, caule, and other marketable goods [...] are destructive of trade, oppressors to the poor and a common nuisance to the Kingdom in general* [Um ensaio para provar que aqueles que compram cereais, gado e outras mercadorias negociáveis para revender, para açambarcar o mercado ou para o mercado futuro, bem como os vendedores ambulantes e os intermediários desses produtos (...) destroem o comércio, oprimem os pobres e são um aborrecimento comum a todo o reino em geral]. Todos os negociantes (a não ser que fossem simples condutores de rebanho ou carreteiros, levando as provisões de um ponto a outro) pareciam a esse escritor bastante observador um “grupo vil e pernicioso”. Nos termos clássicos da reprovação adotada pelos homens de patrimônio estabelecido em relação ao burguês,

eles são uns vagabundos [...] Levam tudo o que possuem consigo, e os seus [...] recursos não são mais do que um simples hábito de montaria, um bom cavalo, uma listadas feiras e mercados, e uma quantidade prodigiosa de impudência. Eles portam a marca de Caim e, como ele, erram de lugar para lugar, realizando transações não autorizadas entre o negociante correto e o consumidor honesto.⁶¹

Essa hostilidade ao negociante existia até entre muitos magistrados rurais, alguns dos quais eram famosos por não fazerem nada quando os distúrbios populares varriam as áreas sob sua jurisdição. Não os incomodavam os ataques aos negociantes de cereais dissidentes ou quacres. Em 1758, um folhetista de Bristol, que é claramente um negociante de cereais, queixava-se amargamente aos juízes de paz da “vossa turba que dita as leis” — que impediram, no ano anterior, a exportação de cereais nos vales de Severn e Wye — e de “muitas petições in-

frutíferas a vários juízes de paz”.⁶² Na verdade, cresce a convicção de que o tumulto popular contra os que faziam compras antecipadas de grãos não era malvisto pelas autoridades. Desviava a atenção das pessoas dos fazendeiros e dos que viviam de rendas, enquanto as ameaças vagas das sessões trimestrais do tribunal contra os que compravam os cereais de antemão davam aos pobres a noção de que as autoridades estavam cuidando de seus interesses. As antigas leis contra as compras antecipadas, queixava-se um negociante em 1766,

são impressas em todo jornal, expostas em todo canto, por ordem dos juízes, para intimidar os que açambarcam o mercado, contra quem se propagam muitos boatos. O povo é instruído a ter uma opinião muito elevada e reverente dessas leis [...].

Na verdade, ele acusava os juízes de encorajar “a extraordinária ficção de que o poder e o espírito da turba são necessários para executar as leis”.⁶³ Mas se as leis eram realmente aplicadas, elas se dirigiam quase sem exceção contra os pequenos culpados — os vendedores ou mercadores locais, que embolsavam pequenos lucros em transações triviais —, enquanto os grandes negociantes e moleiros não eram atingidos.⁶⁴

Assim, para tomar um exemplo tardio, um juiz de paz antiquado e rabugento de Middlesex, J. S. Girdler, organizou uma campanha geral de acusações contra esses infratores em 1796 e 1800, com impressos oferecendo recompensa por informações, cartas à imprensa etc. As condenações foram confirmadas em várias sessões trimestrais dos tribunais [*Quarter Sessions*], mas a quantia ganha pelos especuladores não passava de dez ou quinze xelins. Podemos imaginar que tipo de infrator as suas acusações atingiram pelo estilo literário de uma carta anônima que recebeu:

Sabemos que você é inimigo dos fazendeiros, farinha, padeiros e do nosso ramo de negócios. Se não fosse por mim e por outra pessoa, você, seu filho da puta, teria sido assassinado há muito tempo por oferecer suas infelizes recompensas e por perseguir a nossa profissão. Vá para o inferno e desapareça. Você não viverá para ver outra colheita [...].⁶⁵

Aos tradicionalistas compassivos como Girdler uniam-se cidadãos de várias posições sociais. A maioria dos londrinos suspeitava que todos os envolvidos na produção e comércio dos grãos, da farinha e do pão praticavam todo tipo de extorsão. O lobby urbano foi sem dúvida especialmente poderoso na metade do século, pressionando pelo fim da subvenção à exportação ou pela proibição de todas as exportações nos anos de carestia. Mas Londres e as cidades maiores abrigavam reservas inesgotáveis de ressentimento, e algumas das acusações mais agressivas provinham desses locais. Na década de 1750, um certo dr. Manning publicou um arrazoado declarando que o pão era adulterado, não só com alume, giz, greda branca e farinha de favas, mas também com cal

extinta e chumbo branco. Causou grande sensação a sua afirmação de que os moleiros misturavam na farinha “sacos de ossos velhos moídos”: “os cemitérios dos mortos são revolvidos, para acrescentar sujeira ao alimento dos vivos”, ou, como dizia outro folhetista, “a era presente [está] se banquetecendo com os ossos do passado”.

As acusações de Manning iam muito além dos limites da credibilidade. (Um crítico computou que se estivessem usando cal na escala de seu arrazoado, mais cal seria consumida na fabricação do pão em Londres do que na indústria da construção.) Além do alume, muito usado para branquear o pão, a forma mais comum de adulteração era provavelmente a mistura de farinha velha e estragada com a nova.⁶⁷ Mas a população urbana estava pronta a acreditar que adulterações muito mais nocivas eram praticadas, e essa crença contribuiu para a “Luta de Shude-Hill” em Manchester em 1757, pois então se acreditava que um dos moleiros atacados misturava “bolotas de carvalho, favas, ossos, greda branca, palha retalhada e até esterco seco de cavalo” na sua farinha, enquanto em outro moinho a presença de agentes adulteradores perto das canouras (descobertos pela multidão) provocou a queima de peneiras e crivos, bem como a destruição de mós e rodas.⁶⁸

Havia outras áreas, igualmente sensíveis, em que as queixas da multidão eram alimentadas pelas queixas dos tradicionalistas ou dos profissionais urbanos. Na verdade, pode-se sugerir que, se as multidões sediciosas ou fixadoras de preços agiam segundo um modelo teórico consistente, esse era uma reconstrução seletiva do paternalismo, extraindo dele todas as características que mais favoreciam os pobres e que ofereciam uma possibilidade de cereais mais baratos. Porém, era menos generalizado que a visão dos paternalistas. Os registros dos pobres revelam mais particularidades: trata-se deste moleiro, deste negociante ou daqueles agricultores que retêm os grãos, provocando indignação e ação. Tal particularidade era, entretanto, inspirada por noções gerais de direitos que só se revelam bem claramente quando se examina a multidão em ação. Pois num aspecto a economia moral da multidão rompia decisivamente com a dos paternalistas. A ética popular sancionava a ação direta coletiva, o que era categoricamente reprovado pelos valores da ordem que sustentavam o modelo paternalista.

A economia dos pobres ainda era local e regional, derivada de uma economia de subsistência. Os cereais deviam ser consumidos na região em que eram cultivados, especialmente nos tempos de escassez. A exportação em períodos de carestia despertou sentimentos profundos em vários séculos. Sobre um motim causado pela exportação em Suffolk, em 1631, um magistrado escreveu: “ver o seu pão arrancado de suas mãos e enviado a estranhos transformou a impaciência dos pobres em fúria e desespero desregrados”.⁶⁹ Num rela-

to vívido de uma rebelião no mesmo condado 78 anos mais tarde (1709), um negociante descreveu como “a turba se rebelou, ele acha que eram várias centenas de pessoas, declarando que os cereais não deviam ser levados para fora da cidade”: “entre os integrantes da turba, alguns tinham alabardas, outros varapaus com ponta de ferro, e alguns maças”. Ao viajar para Norwich, em vários lugares ao longo do caminho:

ouvindo que ele ia passar com os cereais, a turba disse-lhe que não devia passar pela cidade, pois ele era um patife, um atravessador de cereais, e alguns gritavam: Vamos apedrejá-lo! — outros: Arranquem-no do cavalo! — ainda outros: Derrubem-no, e cuidem para acertá-lo em cheio; quando ele [...] lhes perguntou o que os levava a se rebelar de forma tão desumana em detrimento de si mesmos e do país, eles continuavam a gritar que ele era um patife e que ia levar os cereais para a França [...].⁷⁰

Exceto em Westminster, nas montanhas, ou nos grandes distritos de pastagens de ovelhas, os homens nunca estavam muito longe da paisagem do trigo. A indústria manufatureira ficava dispersa pelo campo: os mineiros de carvão iam para o trabalho caminhando ao lado dos campos de trigo; os trabalhadores domésticos deixavam os seus teares e oficinas para ajudar na colheita. A sensibilidade não se limitava à exportação para o além-mar. Eram especialmente sensíveis as áreas marginais de exportação, nas quais se exportavam poucos cereais nos anos normais, mas nas quais, em tempos de escassez, os negociantes podiam esperar por um preço caído do céu em Londres, agravando com isso a carestia local.⁷¹ Os mineiros de carvão — em Kingswood, na floresta de Dean, em Shropshire, no Nordeste — eram especialmente inclinados a agir nessas épocas. Os mineiros de estanho da Cornualha tinham fama de ter uma irascível consciência de consumidores, sempre prontos a sair para as ruas e usar a força. “Tivemos o inferno de uma revolta em Padstow”, escreveu um fidalgo de Bodmin em 1773, com mal disfarçada admiração:

Algumas pessoas andaram exagerando na exportação dos cereais [...]. Setecentos ou oitocentos mineiros de estanho foram até lá, e primeiro ofereceram aos comerciantes de cereais dezessete xelins por 24 galões de trigo; mas ao saberem que nada receberiam, arrombaram imediatamente as portas do porão e carregaram tudo o que lá havia, sem darem nenhum dinheiro ou preço.⁷²

As exportações para o estrangeiro subvencionadas eram as que pior ressentimento provocavam em torno da metade do século. O estrangeiro era visto como alguém que recebia os grãos a preços às vezes mais baixos do que os praticados no mercado inglês, com a ajuda de uma subvenção paga com impostos ingleses. Por isso a extrema amargura com que às vezes se atacava o exportador, que era visto como um homem que procurava lucros privados e desonrados às custas de seu próprio povo. Um negociante de North Yorkshire, a quem mergu-

lharam no rio em 1740, escutou que ele “não passava de um rebelde”.⁷³ Em 1783, um aviso foi afixado na cruz do mercado em Carlisle, e começava assim:

Peter Clemeseson & Moses Luthart, esta nota é para lhes avisar que vocês devem abandonar o seu comércio ilegal ou morrer. E que vá para o inferno a sua compra de cereais, que mata de fome os habitantes pobres da cidade e dos subúrbios de Carlisle, para mandar os grãos para a França e conseguir a subvenção dada pela lei a quem exporta os cereais para fora do país, mas por Deus Todo-poderoso nós lhe daremos uma subvenção às custas de suas vidas, malditos patifes [...].

“E se alguma taverna em Carlisle [continuava a nota] deixar você ou Luthart oferecer [...] cereais em sua casa, vai pagar por isso.”⁷⁴ Esse sentimento reapareceu nos últimos anos do século, especialmente em 1795, quando se espalharam rumores por todo o país sobre exportações secretas para a França. Além disso, os anos de 1795 e 1800 viram mais uma vez o florescimento de uma consciência regional, tão vívida quanto a de cem anos antes. As estradas eram bloqueadas para impedir a exportação das mercadorias da paróquia. As carroças eram interceptadas e descarregadas nas cidades por onde passavam. O transporte dos grãos por comboio noturno assumia as proporções de uma operação militar:

*Gemem profundas as carroças com suas pesadas cargas,
Tal como seu obscuro destino, vergam-se ao longo das estradas;
Roda após roda, numa lenta e terrível procissão,
Com metade da colheita, a seu destino elas seguem
[...]
A expedição secreta, como a noite
Que encobre seus intentos, ainda evita a luz
[...]
Enquanto o pobre lavrador, ao deixar a cama,
Descobre o enorme celeiro tão vazio quanto seu barraco.*¹⁷⁵

Ameaçava-se destruir os canais.⁷⁶ Os navios eram assaltados nos portos. Em Nook Colliery perto de Haverfordwest, os mineiros ameaçaram fechar o estuário num ponto estreito. Até as barcaças no Severn e Wye não ficaram imunes aos ataques.⁷⁷

A indignação também podia se inflamar contra negociantes que, por um compromisso com mercados de fora, desbaratavam os suprimentos costumeiros da comunidade local. Em 1795, um agricultor e estalajadeiro rico perto de Tiverton reclamou ao Ministério da Guerra que havia reuniões de amotinados “amea-

(i) Deep groan the waggons with their pondrous loads/ As their dark course they bend along the roads/ Wheel following wheel, in dread procession slow/ With half a harvest, to their points they go [...]/ The secret expedition, like the night/ That covers its intents, still shuns the light [...]/ While the poor ploughman, when he leaves his bed/ Sees the huge barn as empty as his shed.

çando botar abaixo ou incendiar a sua casa, porque ele recebia manteiga dos fazendeiros e produtores de leite vizinhos para enviá-la pela carroça que passa pela sua porta para [...] Londres”.⁷⁸ Em Chudleigh (Devon), no mesmo ano, a multidão destruiu as máquinas de um moleiro que cessara de fornecer farinha à comunidade local, por ter um contrato de venda de farinha para os biscoitos dos navios com o Departamento de Vitualhas da Marinha: isso dera origem (diz ele numa frase reveladora) “à ideia de que pratiquei uma grande infâmia contra a comunidade”.⁷⁹ Trinta anos antes, um grupo de mercadores de Londres achara necessário pedir a proteção dos militares para os seus armazéns de queijo ao longo do rio Trent:

Os armazéns [...], em perigo por causa dos mineiros amotinados, não pertencem a monopolizadores, mas a um grande grupo de negociantes de queijo, e são absolutamente necessários para guardar o queijo recebido, a ser transportado até Hull e ali embarcado para Londres.⁸⁰

Essas reclamações estão relacionadas com a queixa, já observada, da retirada das mercadorias do mercado aberto. À medida que os negociantes se afastavam cada vez mais de Londres e atendiam com mais frequência os mercados provincianos, eram capazes de oferecer preços e comprar em quantidades que levavam fazendeiros à impaciência com as pequenas encomendas dos pobres. “Agora está fora dos trâmites dos negócios”, escreveu Davies em 1795, “que o fazendeiro venda os cereais por alqueire a este ou àquele pobre; exceto em alguns lugares particulares, como favor, para os seus próprios trabalhadores.” E quando os pobres mudavam a sua demanda dos grãos para a farinha, a história era muito semelhante: “Nem o moleiro, nem o farinheiro vão vender ao trabalhador uma quantidade menor que um *saco* de farinha pelo preço de varejo nas lojas; e o bolso do pobre raramente permite que ele compre um saco inteiro de uma só vez”.⁸¹ Por isso, o trabalhador era impelido a recorrer às pequenas lojas do varejo, onde os preços eram majorados.⁸² Os antigos mercados decaíam ou, onde ainda eram mantidos, mudavam de função. Se um cliente tentasse comprar um único queijo ou meia manta de toucinho, escrevia Girdler em 1800, “ele certamente ouvirá um insulto como resposta, e o vendedor lhe dirá que todo o lote foi comprado por um fornecedor de Londres”.⁸³

Podemos tomar como exemplo expressivo dessas queixas, que às vezes causavam revoltas, uma carta anônima deixada em 1795 junto à porta do prefeito de Salisbury:

Cavalheiros da municipalidade, peço que acabem com a prática empregada em nossos mercados por trapaceiros e outros carregadores, prática que só é possível pela liberdade que os senhores lhes dão de limpar o mercado deixando-o sem nada, a ponto de os habitantes não poderem comprar nem um único artigo sem recorrer aos negociantes, pagando o preço extorsivo que lhes parecer apropriado, e eles até oprimem o povo, como se as pessoas não fossem dignas de um olhar. Mas o seu tempo logo chegará ao fim, assim que os soldados saírem da cidade.

Solicita-se que a municipalidade expulse os carregadores do mercado até que os cidadãos tenham sido atendidos, “e impeça os açougueiros de mandar a carne embora, a carcaça inteira de uma vez, obrigando-os a retalhar a carne no mercado e a servir primeiro a cidade”. A carta informa ao prefeito que mais de trezentos cidadãos “positivamente juraram lealdade mútua com o objetivo de destruir os carregadores”.⁸⁴

Quando os trabalhadores podiam comprar cereais em pequenas parcelas, a questão dos pesos e medidas era capaz de despertar sentimentos intensos. No Evangelho de Lucas, assim somos exortados: “Dai, e ser-vos-á dado, boa medida recalcada, sacudida e transbordando, os homens vos deitarão no regaço”. Essa não era, infelizmente, a prática de todos os fazendeiros e negociantes na Inglaterra protestante. A promulgação de uma lei de Charles II até concedera ao pobre o direito de *agitar* a medida, pois tão valiosos eram os cereais do pobre que uma folga na medida poderia lhe criar a diferença de um dia sem pão. A mesma lei tentara, com total insucesso, impor a medida Winchester como padrão nacional. Uma grande variedade de medidas, que até variavam dentro das fronteiras dos condados de uma cidade de mercado para outra, criava inúmeras oportunidades de pequenos lucros. As antigas medidas eram em geral maiores — às vezes muito maiores — do que a Winchester; por vezes os fazendeiros ou negociantes as preferiam, mas com mais frequência eram as preferidas dos clientes. Um observador notou que “as camadas mais baixas da população a detestam [a medida Winchester], por causa de seus conteúdos diminutos, e os negociantes [...] instigam essa tendência, pois é seu interesse manter toda incerteza a respeito de pesos e medidas”.⁸⁵

As tentativas de mudar a medida frequentemente enfrentavam resistência, e às vezes tumultos. A carta de um mineiro de Clee Hill (Shropshire) a um “irmão sofredor” declarava:

O Parlamento, vindo em nosso auxílio, para ajudar a nos matar de fome, vai diminuir as nossas medidas e pesos de acordo com o padrão mais baixo. Somos cerca de 10 mil com juramento de lealdade mútua e prontos a agir a qualquer momento. E gostaríamos que vocês conseguissem armas e cutelos e jurassem lealdade mútua [...] Só temos uma vida a perder, e não vamos morrer de fome [...].⁸⁶

Cartas para os agricultores em Northiam (Sussex) alertavam:

Cavalheiros, o que esperamos é que tomem esta carta como um alerta geral, para que ponham de lado os pequenos alqueires e voltem a adotar a antiga medida, porque senão um grande grupo vai queimar as pequenas medidas. Quando estiverem todos deitados e dormindo, eles vão queimar os seus celeiros e medidas, e a todos vocês junto [...].⁸⁷

Em 1795, um colaborador de Hampshire nos *Annals of Agriculture* explicava que os pobres “ficaram com a ideia errada de que o preço dos grãos

aumentou com a recente alteração do alqueire de nove galões para o Winchester, porque isso por acaso aconteceu num momento de aumento de preços do mercado, razão pela qual se paga por oito galões a mesma quantia que se costumava pagar por nove”. “Confesso”, continua,

que tenho uma acentuada preferência pela medida de nove galões, por ser a medida que mais chega perto de um alqueire de farinha; por isso, o pobre se torna capaz de julgar o que ele deve pagar por um alqueire de farinha, o que, com a medida atual, requer mais aritmética do que lhe é dado dominar.⁸⁸

Ainda assim, as noções aritméticas dos pobres talvez não estivessem tão erradas. As mudanças nas medidas, como as mudanças no sistema monetário decimal, por algum passe de mágica tendem a prejudicar o consumidor.

Se (no final do século) os pobres compravam menos cereais no mercado aberto, esse fato também apontava o aumento de importância do moleiro. Ao longo de muitos séculos, o moleiro ocupa no folclore popular um lugar tão invejável quanto não invejável. Por um lado, ele tinha a fama de ser um libertino fabulosamente bem-sucedido, cujas proezas talvez ainda sejam perpetuadas num significado em vernáculo da palavra “moer” [*grinding*]. Talvez a conveniência do moinho da aldeia, enfiado num canto isolado do rio, aonde as mulheres e as donzelas levavam seus cereais para moer; talvez igualmente o seu domínio sobre os meios de sustento; talvez o seu status na aldeia, o que o tornava um bom partido — tudo isso pode ter contribuído para a lenda:

*Uma moça viva, tão viva e alegre
Ela foi ao moinho certo dia
[...]
Olhe, um celamim de trigo para moer,
Só posso ficar pouco tempo.
Venha se sentar, minha bela e doce amada,
Receio não poder moer o seu trigo.
A minha pedra está alta e a minha água baixa,
Não posso moer, pois o moinho não anda.
Então ela se sentou sobre um saco
E eles falaram disso e falaram daquilo
Falaram de amor, que provou ser gentil,
Ela logo descobriu que o moinho moía [...]*⁸⁹

(ii) A brisk young lass so brisk and gay/ She went unto the mill one day [...]/ There's a peck of corn all for to grind/ I can but stay a litle time./ Come sit you down my sweet preny dear/ I cannot grind your corn I fear/ My stones is high and my water low/ I cannot grind for the mill won't go./ Then she sat down all on a sack/ They talked of this and they talked of that/ They talked of love, of love proved kind/ She soon found out the mill would grind [...]

Por outro lado, a reputação do moleiro era menos invejável. “*Amando!*”, exclama Nellie Dean em *O morro dos ventos uivantes*: “*Amando!* Onde já se ouviu uma coisa dessas? Também posso dizer que estou amando o moleiro que vem uma vez por ano comprar o nosso trigo”. Se vamos acreditar em tudo o que foi escrito sobre ele nesses anos, a história do moleiro pouco mudara desde o *Reeve's tale* [Conto do intendente], de Chaucer. Mas se o pequeno moleiro rural era acusado de costumes pitorescamente medievais — pratos demasiado grandes de maquia, farinha escondida no revestimento das pedras etc. — o seu congêneres mais desenvolvido era acusado de acrescentar peculatos novos e muito mais empreendedores:

*Pois antes ele só roubava com gentileza,
Mas agora era escandalosamente ladrão.*⁹⁰

Num extremo, ainda temos o pequeno moinho rural, cobrando a maquia de acordo com o costume. Ela podia ser tomada em farinha (sempre da “melhor farinha e do mais fino polvilho no centro da canoura”); e como a proporção continuava a mesma, fosse qual fosse a flutuação nos preços, o moleiro saía ganhando se os preços estavam altos. Em torno dos pequenos moinhos que cobravam tributos (mesmo quando a maquia fora substituída por pagamentos em dinheiro) multiplicavam-se as queixas, e havia tentativas intermitentes de regulá-los.⁹⁰ Como os moleiros entravam cada vez mais no comércio, ou então moíam os cereais por sua própria conta para os padeiros, eles tinham pouco tempo para os pequenos clientes (com um ou dois sacos de trigo respigado). Por isso, a demora era interminável. Igualmente por essa razão, quando entregue, a farinha podia ser o produto de outros grãos, bem inferiores. (Reclamava-se que alguns moleiros compravam trigo estragado pela metade do preço, que eles então misturavam com o trigo de seus clientes.)⁹¹ Com o passar do século, a adaptação de muitos moinhos para fins industriais deu aos pequenos moinhos ainda existentes uma posição mais vantajosa. Em 1796, as queixas repercutiam tanto a ponto de autorizar Sir Francis Bassett a apresentar o projeto de lei *Miller's toll*, que tinha como objetivo regular de forma mais rigorosa as suas práticas, pesos e medidas.⁹²

Mas esses pequenos moleiros eram naturalmente a arraia-miúda do século XVIII. Os grandes moleiros do vale do Tâmsa e das grandes cidades constituíam uma espécie diferente de empresários, que negociava farinha e malte em grande escala. Os moleiros estavam fora do Regulamento do Pão, podendo repassar imediatamente qualquer aumento no preço dos cereais para o consumidor. Não tão reconhecidas, no século XVIII, a Inglaterra também teve suas

(iii) For ther-biforn he stal but curteisly/ But now he was a thief outrageously.

banalités, inclusive aquelas relíquias extraordinárias, os moinhos com direitos senhoriais [*soke mills*], que exerciam um monopólio absoluto da moagem dos grãos (e da venda da farinha) em importantes centros manufatureiros, como Manchester, Bradford e Leeds.⁹³ Na maioria dos casos, os senhores detentores dos direitos vendiam-nos ou arrendavam-nos a especuladores privados. Muito tempestuosa foi a história dos School Mills em Manchester, cujos direitos senhoriais foram concedidos como dotação de caridade para sustentar uma escola secundária. Dois arrendadores impopulares dos direitos inspiraram, em 1737, os versos do dr. Byrom:

*Pele e Osso, dois moleiros magros,
Querem matar de fome a cidade, ou quase;
Mas que se diga bem alto, a Pele e Osso,
Que a Carne e o Sangue não aguentarão.*¹⁴

Quando, em 1757, novos arrendadores procuraram proibir a importação de farinha para a crescente cidade, enquanto ao mesmo tempo geriam os seus moinhos (era o que se alegava) praticando extorsão e demora de entrega, a carne e o sangue realmente não aguentaram mais. Na famosa “Luta de Shude-Hill” daquele ano, pelo menos quatro homens foram abatidos a tiros de mosquetes, mas os direitos senhoriais foram finalmente rompidos.⁹⁴ Mas até quando não apresentava nenhum direito senhorial, um moinho podia dominar uma comunidade populosa e provocar a fúria do povo por um aumento repentino no preço da farinha ou uma evidente deterioração na sua qualidade. Os moinhos foram os alvos visíveis e tangíveis de alguns dos motins urbanos mais sérios do século. Os Albion Mills em Blackfriars Bridge (os primeiros moinhos a vapor de Londres) eram geridos por uma associação quase filantrópica; entretanto, quando eles caíram em chamas em 1791, os londrinos dançaram e cantaram de alegria nas ruas.⁹⁵ O primeiro moinho a vapor em Birmingham (Snow Hill) não teve melhor sorte, pois foi alvo de um grande ataque em 1795.

À primeira vista pode parecer curioso que tanto os negociantes como os moleiros continuassem a estar entre os objetivos dos motins no final do século, pois a essa altura em muitas partes das Midlands e do Sul (e certamente nas áreas urbanas) os trabalhadores já tinham se acostumado a comprar nas padarias, em vez de comprar grãos e farinha na praça do mercado. Não temos informações suficientes para mapear a mudança com exatidão, e certamente ainda muito pão continuava a ser feito em casa.⁹⁶ Mas mesmo nos lugares em que a mudança foi completa, não se deve subestimar a sofisticação da situação e

dos objetivos da multidão. Havia certamente um grande número de pequenos tumultos diante das padarias, e a multidão com bastante frequência “fixava o preço” do pão. Mas, ao contrário de todos os outros que lidavam com as necessidades do povo (senhor das terras, fazendeiro, negociante, carregador, moleiro), o padeiro (cuja atividade em tempos de preços altos dificilmente seria invejável) estava em contato diário com o consumidor; e, mais do que qualquer um dos outros, ele tinha a proteção da parafernália visível do paternalismo. O Regulamento do Pão limitava clara e publicamente os seus lucros legais (com isso tendendo a deixar o comércio do pão nas mãos de inúmeros pequenos negociantes com pouco capital), e assim os protegia, em certa medida, da fúria popular. Até Charles Smith, o representante competente do livre comércio, achava que a continuação do regulamento era conveniente: “em grandes centros e cidades, sempre será necessário estabelecer o regulamento, para dar satisfações ao povo de que o preço cobrado pelos padeiros não é superior ao que os magistrados acham razoável”.⁹⁷

O efeito psicológico do regulamento era, portanto, considerável. O padeiro só podia ter esperanças de ter um rendimento maior que a remuneração calculada no regulamento lançando mão de pequenos estratagemas, alguns dos quais — o pão com menos peso, a adulteração, a mistura de farinha barata e estragada — estavam sujeitos à reparação legal ou à retaliação imediata da multidão. Na realidade, o padeiro às vezes precisava cuidar de suas relações públicas, até a ponto de recrutar a multidão para defendê-lo: quando Hannah Pain, de Kettering, reclamou aos juizes do peso do pão, o padeiro “insuflou a turba contra ela [...] e disse que ela merecia ser chicoteada, pois já havia bastante escória rastejante sobre a Terra”.⁹⁸ Durante todo o século, muitas corporações faziam alarde de supervisionar os pesos e as medidas, bem como de punir os infratores.⁹⁹ O “juiz Overdo” de Ben Johnson ainda atuava nas ruas de Reading, Coventry ou Londres: “Sim, entrem em toda cervejaria, e desçam a todo porão; meçam o comprimento dos pudins [...] pesem os pães no seu dedo médio [...] deem os pudins aos pobres, o pão aos famintos, os cremes às crianças”. Seguindo essa tradição, encontramos em 1795 um magistrado de Londres que, ao se deparar com uma cena de motim em Seven Dials, onde a multidão já estava demolindo uma padaria acusada de vender pão com peso indevido, interveio: pegou o estoque do padeiro, pesou os pães e, descobrindo que realmente pesavam menos do que deviam, distribuiu os pães entre a multidão.¹⁰⁰

Sem dúvida, os padeiros que conheciam seus fregueses às vezes se queixavam de nada poder fazer para baixar os preços, e encaminhavam a multidão para o moinho ou para o mercado de cereais. “Depois de saquearem muitas padarias”, comentava o moleiro de Snow Hill, Birmingham, sobre o ataque de 1795, “eles se voltaram em grandes números contra nós [...]”.¹⁰¹ Mas em muitos

(iv) *Bone and Skin, two millers thin/ Would starve the town, or near it/ But be it known, to Skin and Bone/ That Flesh and Blood can't bear it.*

casos a multidão claramente selecionava os seus alvos, evitando de propósito os padeiros. Assim, em 1740, em Norwich, o povo “foi a toda padaria na cidade, afixando uma nota na porta com as seguintes palavras: *Quatro alqueires de trigo a dezesseis xelins*”. No mesmo ano, em Wisbech, eles obrigaram “os mercadores a vender trigo a quatro pence por alqueire [...] não só para eles, mas também para os padeiros, pois nas padarias eles regulavam o peso e o preço do pão”.¹⁰²

Mas a essa altura é evidente que estamos lidando com um padrão muito mais complexo de ação do que aquele que se pode explicar satisfatoriamente pelo enfrentamento entre o populacho e determinados moleiros, negociantes ou padeiros. É necessário adquirir uma visão mais ampla das ações da multidão.

V

Tem-se sugerido que o termo “motim” é uma ferramenta de análise pouco afiada para tantas queixas e motivos particulares. É igualmente um termo impreciso para descrever a ação popular. Se procuramos a forma característica da ação popular, não devemos considerar bate-bocas junto às padarias de Londres, nem mesmo as grandes contendas provocadas pelo descontentamento com os grandes moleiros, mas as “rebeliões do povo” (especialmente em 1740, 1756, 1766, 1795 e 1800) nas quais se destacaram os mineiros de carvão, os mineiros de estanho, os tecelões e os trabalhadores das malharias. O notável sobre essas “insurreições” é, primeiro, a sua disciplina, e, segundo, o fato de mostrarem um padrão de comportamento cuja origem devemos buscar centenas de anos antes; um padrão que se torna mais, e não menos, sofisticado no século XVIII; que se repete, aparentemente de forma espontânea, em diferentes partes do país e depois da passagem de muitos anos tranquilos. A ação central nesse padrão não é o saque dos celeiros, nem o furto de grãos e farinha, mas “fixar o preço”.

O extraordinário sobre esse padrão é que ele reproduz, às vezes com grande precisão, as medidas de emergência em tempos de escassez, cuja operação, nos anos entre 1580 e 1630, foi codificada no *Book of orders*. Essas medidas de emergência foram empregadas nas épocas de carestia nos últimos anos de Elizabeth, e acionadas, numa forma um tanto revisada, no reinado de Charles I, em 1630. No reinado de Elizabeth, os magistrados eram solicitados a cuidar dos mercados locais,

e quando descobrir que são levadas quantidades insuficientes para suprir e servir os ditos mercados e especialmente os mais pobres, você deve acorrer logo às casas dos fazendeiros e de outros que cultivam a terra [...] para ver qual é a reserva e provisão de grãos que eles ainda têm, debulhados ou não [...].

Eles então podiam dar ordens aos fazendeiros para mandar “quantidades convenientes” ao mercado para serem vendidas “a preço razoável”. Os juízes ainda tinham autorização para “fixar um certo preço pelo alqueire de todo tipo de grão”.¹⁰³ A rainha e seu conselho opinavam que os preços altos eram em parte devidos aos açambarcadores, em parte ao “desejo ganancioso” dos que cultivam cereais que “não se contentam com ganhos moderados, mas procuram e inventam meios de manter os preços altos com a manifesta opressão das camadas mais pobres”. As ordens deviam ser executadas “sem nenhuma parcialidade, sem poupar ninguém”.¹⁰⁴

Na essência, portanto, o *Book of orders* autorizava os magistrados (com a ajuda dos júris locais) a inspecionar os estoques de cereais nos depósitos e celeiros;¹⁰⁵ a especificar as quantidades a serem enviadas ao mercado; e a impor com severidade toda parte da legislação relativa ao mercado, às licenças e às compras antecipadas. Não se devia vender nenhum grão de cereal a não ser no mercado aberto, “a menos que fosse para alguns pobres artesãos, ou diaristas, dentro da paróquia em que residem os produtores de grãos, pessoas que não podem convenientemente ir até as cidades-mercados”. As ordens de 1630 não autorizavam explicitamente os juízes a fixar o preço, mas mandavam-nos cuidar do mercado e assegurar que os pobres fossem “abastecidos dos cereais necessários [...] pelos preços mais favoráveis que se pudesse obter por meio da persuasão honesta dos juízes”. O poder de fixar o preço dos grãos e da farinha ficava, numa emergência, a meio caminho entre a imposição e a persuasão.¹⁰⁶

Essa legislação de emergência estava caindo em desuso durante as Guerras Civis.¹⁰⁷ Mas a memória popular, especialmente numa sociedade pré-alfabetizada, é extraordinariamente duradoura. Não há muita dúvida de que uma tradição direta se estende do *Book of orders* de 1630 às ações dos roupeiros em East Anglia e no Oeste no século XVIII. (Os alfabetizados têm memórias igualmente duradouras: o próprio *Book of orders* foi republicado, numa edição não oficial em 1662, e depois novamente em 1758, com um discurso preliminar ao leitor sobre a presente “combinação perversa para se criar escassez”).¹⁰⁸

As próprias ordens eram em parte uma resposta à pressão dos pobres:

Os cereais estão muito caros

Me pergunto se muitos vão morrer de fome este ano —v

Assim rezava um aviso de versos de pé-quebrado afixado no pórtico da igreja na paróquia de Wye (Kent) em 1630:

(v) The Corne is so dear/ I dout maní will starve this yeare —

*Se não cuidarem disto
Alguns de vocês vão se dar mal.
A nossa alma é valiosa,
Pelo corpo tenham algum cuidado
Antes de subirmos ao céu
Um pouco bastará
[...]
Vocês que têm a sua posição
Cuidem para não desonrar a sua profissão [...]*^{VI 109}

Cento e trinta anos mais tarde (1768), folhas incendiárias estavam novamente sendo pregadas nas portas das igrejas (bem como nas tabuletas das estalagens) das paróquias dentro do mesmo distrito administrativo de Scray em Kent, incitando os pobres a se rebelar.¹¹⁰ Podem-se observar muitas dessas continuidades de ação, embora o padrão de ação direta certamente se espalhasse para novos distritos no século XVIII. Em muitas ações, especialmente nas antigas regiões manufatureiras do Leste e do Oeste, a multidão reclamava que, como as autoridades se recusavam a executar “as leis”, ela é que tinha de executá-las. Em 1693, em Banbury e Chipping Norton, a multidão “tirou os cereais das carroças à força quando esses estavam sendo carregados pelos açambarcadores, dizendo que estava decidida a executar a lei, uma vez que os magistrados a negligenciavam”.¹¹¹ Durante as extensas desordens no Oeste em 1766, o xerife de Gloucestershire, um fabricante de roupas, não conseguia disfarçar seu respeito pelos amotinados que

se dirigiam [...] a uma casa de fazenda e educadamente pediam que os donos debulhassem e levassem seu trigo ao mercado, vendendo-o por cinco xelins o alqueire. Obtida essa promessa, e eles tendo recebido algumas provisões não solicitadas, partiam sem a menor violência ou delito.

Se lemos outras passagens dos relatos do xerife, podemos encontrar a maioria das características verificadas nessas ações: “Na sexta-feira passada, ao soar das trompas, uma turba se rebelou nessa região, composta inteiramente das camadas mais baixas da população, como os tecelões, os mecânicos, os trabalhadores, os aprendizes e os garotos etc. [...]”. “Eles seguiram para um moinho de cereais perto da cidade [...] cortando os sacos de farinha e dando, carregando e destruindo os cereais etc.” Depois cuidaram dos principais mercados, fixando o preço dos grãos. Três dias mais tarde, ele enviou outro relatório:

(vi) If you see not to this/ Sum of you will speed amis. Our souls they are dear/ For our bodys have sume ceare/ Before we arise/ Less will safise [...]/You that are set in place/ See that youre profestion you doe not disgrace [...]

Eles visitaram fazendeiros, moleiros, padeiros e vendedores ambulantes, e venderam cereais, farinha, pão, queijo, manteiga e toucinho pelos preços que eles mesmos fixaram. Em geral, devolviam o produto [isto é, o dinheiro] aos proprietários ou, na sua ausência, deixavam-lhes o dinheiro; e comportavam-se com grande regularidade e decência, quando não encontravam resistência, e com insultos e violência, se havia oposição. Mas saquearam muito pouco, e para evitar esse tipo de ação, não deixam que as mulheres e os meninos os acompanhem.

Depois de visitar os moinhos e mercados ao redor de Gloucester, Stroud e Cirencester, eles se dividiram em grupos de cinquenta e cem, e visitaram as aldeias e as fazendas, pedindo que os cereais fossem levados ao mercado com preços justos, e arrombando os celeiros. Um grande grupo se dirigiu ao próprio xerife: abaixaram os cacetes enquanto ele lhes falava sobre as suas contravenções, escutaram com paciência, “gritaram alegremente Deus, Salve o Rei”, e depois todos pegaram os cacetes e retomaram o trabalho de fixar os preços. O movimento teve as características de uma greve geral em todo o distrito produtor de tecidos: “os amotinados entram em nossas oficinas [...] e obrigam todos os homens, querendo ou não, a sair e a se juntar a eles”.¹¹²

Essa foi uma ação inusitadamente disciplinada e de grande escala. Mas os relatos nos apontam características repetidamente encontradas. Por exemplo, o movimento da multidão, deslocando-se da praça do mercado para fora da vila e indo até os moinhos, e dali (como no *Book of orders*) para as fazendas, onde inspecionavam os estoques e mandavam os fazendeiros vender os grãos no mercado ao preço por eles ditado — tudo isso é comumente encontrado. Às vezes essa ação se fazia acompanhar da tradicional ronda de visitas às casas dos poderosos, em busca de contribuições, forçadas ou voluntárias. Em Norwich, em 1740, depois de forçar a queda dos preços na cidade, e tendo se apoderado de uma barcaça carregada com trigo e centeio no rio, a multidão solicitou contribuições dos ricos da cidade:

De manhã cedo na quinta-feira, ao som de trompas, eles se encontraram de novo; e depois de curta confabulação, dividiram-se em grupos e saíram marchando da cidade por diferentes portões, com uma longa flâmula à sua frente, com a intenção de visitar os fidalgos e fazendeiros das aldeias vizinhas, a fim de extorquir deles dinheiro, cerveja etc. Em muitos lugares, onde a generosidade das pessoas não correspondia às suas expectativas, diz-se que mostravam o seu ressentimento pisoteando o trigo nos campos [...].

Multidões errantes estiveram em ação nesse ano, especialmente em Durham e Northumberland, West Riding e várias regiões do Norte do País de Gales. As manifestações contra a exportação, que começaram em Dewsbury (abril de 1740), eram lideradas por um tocador de tambor e “uma espécie de emblema ou bandeira”; os manifestantes percorriam o circuito regular dos moinhos locais,

destruindo as máquinas, cortando sacos e carregando grãos e farinha. Em 1766, uma multidão errante no vale do Tâmis deu a si mesma o nome de “os reguladores”; um fazendeiro aterrorizado permitiu que eles dormissem sobre a palha no seu pátio, e “escutou de seu quarto que eles comentavam entre si a quem haviam incutido mais medo, e onde tiveram mais sucesso”. O padrão continua na década de 1790: em Ellesmere (Shropshire), a multidão interceptava o trigo que seguia para os moinhos e ameaçava os fazendeiros individualmente; na floresta de Dean, os mineiros visitavam os moinhos e as casas dos fazendeiros, e exigiam dinheiro “das pessoas que encontravam na estrada”; na região oeste da Cornualha, os mineiros de estanho visitavam as fazendas com um laço numa das mãos, e um acordo para levar o trigo ao mercado a preços reduzidos na outra.¹¹³

O extraordinário é mais a moderação do que a desordem; e não há dúvida de que as ações eram aprovadas por um esmagador consenso popular. Havia uma convicção profundamente arraigada de que os preços *deviam* ser regulados em tempos de escassez, e de que o aproveitador se excluía da sociedade. De vez em quando, a multidão tentava recrutar, pela persuasão ou pela força, um magistrado, o delegado da paróquia ou uma figura de autoridade, para que presidisse à *taxation populaire*. Em 1766, em Drayton (Oxfordshire), alguns membros da multidão foram à casa de John Lyfrod e “lhe perguntaram se ele era o delegado — quando ele respondeu que ‘sim’, disseram que ele devia acompanhá-los até a Cruz, para receber o dinheiro por três sacos de farinha que eles tinham tomado de uma certa Betty Smith e que venderiam por cinco xelins o alqueire”; a mesma multidão recrutou o delegado de Abingdon para o mesmo serviço. O delegado de Handborough (também em Oxfordshire) foi recrutado de forma semelhante em 1795; a multidão fixou o preço — bem alto — de quarenta xelins por saco para uma carroça de farinha que fora interceptada, e o dinheiro de pelo menos quinze sacos foi entregue nas suas mãos. Na ilha de Ely, no mesmo ano, “a turba insistiu em comprar carne a quatro pence por libra, e desejava que o sr. Gardner, um magistrado, supervisionasse a venda, assim como o prefeito fizera em Cambridge no sábado anterior”. Ainda em 1795, as milícias ou tropas regulares em várias ocasiões supervisionaram vendas forçadas às vezes na ponta da baioneta, os oficiais olhando fixamente para o outro lado. Uma operação combinada de soldados e povo forçou o prefeito de Chichester a concordar em fixar o preço do pão. Em Wells, os homens do 122º Regimento começaram

por vaiar aqueles que eles diziam ser os que compravam antecipadamente ou especulavam com a manteiga, a quem caçaram em diferentes partes da cidade. Apoderaram-se da manteiga — reuniram-na num só lugar — colocaram sentinelas para guardá-la — depois a lançaram e misturaram numa tina — e mais tarde dividiram a massa, pesaram os pedaços na balança e venderam-nos ao preço de

oito pence por libra [...], embora o preço comum cobrado pelos especuladores fosse bem mais que dez pence.¹¹⁴

Seria tolice sugerir que, com uma brecha tão grande no baluarte da deferência, muitos não aproveitassem a oportunidade para carregar mercadorias sem pagar. Mas há abundante evidência em contrário, e parte dessas provas é surpreendente. Por exemplo, em 1766, os arrendatários em Honiton que, tendo tomado cereais dos fazendeiros e vendido o produto a preço popular no mercado, devolveram a eles não só o dinheiro, mas também os sacos; em 1800, a multidão de Oldham que fez racionamento de cereais, dando a cada comprador apenas dois celamins por cabeça; e as muitas vezes em que carroças foram interceptadas nas estradas, seus conteúdos vendidos, e o dinheiro confiado ao carroceiro.¹¹⁵

Além disso, nos casos em que as mercadorias eram tomadas sem pagamento, ou em que se cometia violência, é prudente investigar se não há nenhum agravante particular no caso. Essa distinção é estabelecida no relato de uma ação em Portsea (Hampshire), em 1795. A multidão primeiro ofereceu aos pedreiros e açougueiros o preço popular: “aqueles que aceitaram cumprir essa exigência foram escrupulosamente pagos”. Mas os que se recusaram a pagar tiveram as suas lojas saqueadas “recebendo apenas o dinheiro que a turba resolveu deixar”. Noutro caso no mesmo ano, os trabalhadores nas pedreiras em Port Isaac (Cornualha) tomaram a cevada armazenada para exportação, pagando o preço razoavelmente elevado de onze xelins por alqueire, ao mesmo tempo que avisavam o proprietário de que “se ele resolvesse embarcar o restante, voltariam e levariam tudo sem lhe dar nenhuma compensação”. É muito frequente nas ações o motivo da punição e da vingança. O grande tumulto em Newcastle em 1740, quando mineiros e trabalhadores das barcaças invadiram a sede da Prefeitura, destruíram os livros municipais, distribuíram o dinheiro da cidade, e atiraram pedras e barro nos edis, só veio a acontecer depois de dois agravantes: primeiro, o rompimento do acordo que fixava os preços dos grãos entre os líderes dos mineiros e os mercadores (quando um edil desempenhou o papel de árbitro); segundo, as autoridades em pânico abriram fogo contra a multidão do alto dos degraus da sede da Prefeitura. Numa casa em Gloucestershire em 1766, foram disparados tiros contra a multidão, o que (escreve o xerife) “lhes causou grande indignação, e eles reagiram entrando à força na casa, destruindo toda a mobília, as janelas etc. e destelhando-a parcialmente; declararam depois que se arrependeram muito desse ato, porque não fora o dono da casa (ausente na ocasião) que atirara contra eles”. Em 1795, os mineiros de estanho armaram um ataque contra um mercador de Penryn (Cornualha), contratado para lhes fornecer cevada, mas que mandara grãos estragados e germinados. Quando os moinhos eram atacados e as suas máquinas danificadas, era frequentemente para dar um alerta de longa duração ou para punir alguma prática notória.¹¹⁶

Na verdade, se quisermos questionar a visão espasmódica e unilinear dos motins da fome, basta apontar esse motivo contínuo da intimidação popular, quando homens e mulheres, quase a ponto de morrer de fome, ainda assim não atacavam os moinhos e os celeiros para roubar alimentos, mas para punir os proprietários. Reiteradas vezes, os cereais ou a farinha eram espalhados ao longo das estradas e das sebes, despejados no rio, as máquinas do moinho eram danificadas, e as suas represas escoadas. Aos exemplos desse comportamento, as autoridades reagiam com indignação e espanto. Era sintomático (assim lhes parecia) do estado de espírito “desvairado” e perturbado de um povo com o cérebro inflamado pela fome. Em 1795, tanto o presidente do tribunal como Arthur Young deram palestras para os pobres, mostrando que a destruição dos grãos não era a melhor maneira de aumentar o suprimento de pão. Hannah More contribuiu com uma pequena homilia. Um verzejador anônimo de 1800 nos dá um exemplo bem mais vívido dessas admoestações às camadas mais baixas da população:

*Quando com os amigos do campo passais o tempo,
E esvaziáis, como de costume, o copo sempre cheio,
Quando todos ficam alegres, se por acaso escutardes
“Que são os açambarcadores que encarecem os cereais;
“Que todos devem e vão ter pão; pois já estão cheios
“De arroz e sopa, e de toda essa comida papa:
“Que vão se servir do que quiserem: e lutar a mais não poder
“Para se vingar de todos os patifes dos grãos”:
John jura que lutará enquanto tiver forças,
“É melhor ser enforcado que morrer de fome:
“Vai queimar o celeiro do fidalgo Hoardum, ora se vai,
“Enforcar o velho Filchbag e destruir o seu moinho”.
Agora quando preparam o garfo e o forcado
E todas as ferramentas da guerra rústica
[...]
Dizei-lhes dos males que acompanham os atos ilícitos
Atos que nascem da cólera e terminam em tristezas,
Dizei-lhes que incendiar celeiros e destruir moinhos
Não produz cereais, nem enche barrigas.^{vii 117}*

Mas os pobres eram realmente tão tolos? Suspeita-se que os moleiros e os negociantes, que mantinham um olho vigilante no povo e o outro na maximização

(vii) When with your country Friends your hours you pass/ And take, as oft you're wont,
the copious glass/ When all grow mellow, if perchance you hear/ "That 'tis th' Engrossers make
the com so dear:/ "They must and will have bread; they've had enough/ "Of Rice and Soup, and
all that squashy stuff:/ "They'll help themselves: and strive by night and main/ "To be reveng'd

de seus ganhos, sabiam mais que os poetastros em seus *escritórios*. Pois os pobres tinham suas próprias fontes de informação. Eles trabalhavam nas docas. Deslocavam os batelões nos canais. Dirigiam as carroças e manejavam as barreiras de portagem. Trabalhavam nos moinhos e nos celeiros. Muitas vezes conheciam bem melhor os fatos locais do que a *gentry*; em várias ações, dirigiam-se certamente aos estoques escondidos de grãos, que os juizes de paz de boa-fé negavam existir. Se os boatos frequentemente ultrapassavam todos os limites, sempre tinham raízes em pelo menos algum fundamento precário de realidade. Os pobres sabiam que a única maneira de forçar os ricos a ceder era torcendo-lhes o braço.

VI

Quem começava os motins era, com bastante frequência, as mulheres. Sabemos que em 1693, um grande número de mulheres foi ao mercado de Northampton, “com facas enfiadas nas cintas para forçar seus próprios preços na venda de cereais”. Num motim contra a exportação, em 1737, em Poole (Dorset), relata-se: “A multidão consiste em muitas mulheres, e nos homens que lhes dão apoio, e todos juram que se alguém molestar uma das mulheres com suas atitudes, vão sublevar um grande número de homens e destruir tanto os navios como as cargas”. A turba foi incitada a se rebelar em Stockton (Durham), em 1740, por uma “dama com uma vara e uma trompa”. Em Haverfordwest (Pembroke), em 1795, um antiquado juiz de paz que tentava, com a ajuda de seu curador, combater os mineiros de carvão, reclamou que “as mulheres estavam assumindo ares de homens, e eram perfeitas fúrias. Recebi uns golpes de algumas delas nas costas [...]”. Um jornal de Birmingham descreveu os protestos de Snow Hill como a ação de “uma ralé instigada por mulheres furiosas”. Em dúzias de casos, a história é sempre a mesma — as mulheres atacando um negociante impopular com as suas próprias batatas, ou combinando astuciosamente a fúria com o cálculo de que eram um pouco mais imunes do que os homens à retaliação das autoridades: “as mulheres falavam aos homens comuns”, dizia o magistrado de Haverfordwest a respeito dos soldados, “que sabiam que no fundo eles lhes queriam bem e não lhes causariam dano”.¹¹⁸

on all such rogues in grain"/ John swears he'll fight as long as he has breath/ "Twere better to
be hang'd that starv'd to death/"He'll hum Squire Hoardum's garner, so he will/ "Tuck up old
Filchbag, and pull down his mill"/ Now when the Prong and Pitchfork they prepare/ And all the
implements of rustick war [...]/ Tell them what ills unlawful deeds attend/ Deeds, which in wrath
begun, and sorrow end/ That burning barns, and pulling down a mill/ Will neither corn produce,
nor bellies fill.

Essas mulheres parecem pertencer à pré-história de seu sexo antes da Queda, não tendo consciência de que ainda deviam esperar uns duzentos anos pela sua liberação. (Em 1807, Southey escrevia um lugar-comum: “As mulheres são mais inclinadas à rebelião; elas têm menos medo da lei, em parte por ignorância, em parte porque tiram partido do privilégio de seu sexo, e por isso em todos os tumultos públicos elas são as primeiras em violência e ferocidade”.)¹¹⁹ Eram naturalmente as mais envolvidas com as negociações face a face no mercado, as mais sensíveis ao significado dos preços, as mais experientes em detectar peso insuficiente ou qualidade inferior. É provável que as mulheres muito frequentemente precipitassem as ações espontâneas. Mas outras ações eram preparadas com mais cuidado. Às vezes se pregavam avisos nas portas da igreja ou da estalagem. Em 1740, “um jogo de futebol foi anunciado em Kettering com quinhentos homens de um lado, mas o objetivo era destruir os moinhos de Lady Betey Jesmaine”. No final do século, a distribuição de avisos manuscritos pode ter se tornado mais comum. De Wakefield (Yorkshire), 1795:

Avise-se

A todas as mulheres e habitantes de Wakefield, que todos estão convidados a se reunir na Igreja Nova [...] na próxima sexta-feira às nove horas [...] para fixar o preço dos cereais [...]

A pedido dos habitantes de Halifax
que ali se reunirão com todos

De Stratton (Cornualha), 1801:

A todos os trabalhadores e comerciantes no condado de Stratton que desejam salvar suas esposas e filhos do destino terrível de MORRER DE FOME imposto pelos fazendeiros insensíveis e opressores [...]. Reúnam-se todos imediatamente e marchem em terrível formação para as casas dos fazendeiros opressores. Forcem-nos a vender os seus cereais no mercado, a um preço justo e razoável [...].¹²⁰

A ação espontânea e de pequena escala podia nascer de uma vaia ou rezinga ritualizada na frente das lojas de varejo;¹²¹ da interceptação de uma carroça de grãos ou farinha que passava por um centro populoso; ou da simples reunião de uma multidão ameaçadora. Com grande rapidez, desenvolvia-se uma situação de negociação: o proprietário das provisões sabia muito bem que se não concordasse voluntariamente com o preço imposto pela multidão (e sua aquiescência tornava muito difícil qualquer processo subsequente), corria o risco de perder todo o seu estoque. Quando uma carroça com sacos de trigo e farinha foi interceptada em Handborough (Oxfordshire) em 1795, algumas mulheres subiram no carro e atiraram os sacos na estrada. “Algumas das pessoas reunidas disseram que dariam quarenta xelins por um saco de farinha, e que elas queriam esse preço, e não dariam mais, e que se isso não fosse aceito, elas tomariam a farinha à

força.” O proprietário (um “pequeno produtor rural”) por fim concordou: “Se tem de ser assim, então é esse o preço”. O procedimento da negociação forçada pode ser visto com igual clareza no depoimento de Thomas Smith, padeiro, que entrou a cavalo em Hadstock Essex com pão nos seus cestos (1795). Ele foi abordado na rua da vila por quarenta ou mais mulheres e crianças. Uma das mulheres (a esposa de um trabalhador) deteve o seu cavalo “e ao lhe perguntar se o preço do pão tinha abaixado, ele respondeu que não tinha ordens dos moleiros para abaixar o preço, e ela então lhe disse: ‘Por Deus, se você não abaixar o preço, não vai vender nenhum pão na cidade [...]’”. Várias pessoas na multidão então ofereceram nove pence por um quarto de pão, enquanto ele pedia dezoito pence. Eles então “juraram que, se ele não concordasse em vender um pão por nove pence, eles o tomariam, e antes que ele pudesse dar outra resposta, várias pessoas que estavam ao seu redor tiraram vários pães da sua sela [...]”. Só então é que Smith concordou em vender o pão a nove pence. A negociação era bem compreendida por ambos os lados; e os varejistas, que tinham de conservar os seus fregueses tanto nos anos de fartura como nos anos de escassez, capitulavam frequentemente ao primeiro sinal de turbulência da multidão.¹²²

Em distúrbios de maior escala, depois de formado o núcleo da multidão, o restante era frequentemente insuflado pelas trompas ou pelos tambores. “Segunda-feira passada”, começa a carta de um magistrado de Shropshire em 1756, “os mineiros de carvão de Broseley etc. reuniram-se ao som das trompas e marcharam para o mercado de Wenlock [...]”. O ponto decisivo era a formação de um núcleo decidido. O papel proeminente dos mineiros não se explica apenas pela sua “virilidade”, nem pela sua particular exposição à exploração dos consumidores, mas também pelo número de seu contingente e pela disciplina natural da comunidade mineira. “Na manhã de quinta-feira”, depôs em 1740 John Todd, mineiro da mina de Heaton, Gateshead, “na hora da mudança do turno da noite”, seus colegas mineiros, “uns sessenta ou oitenta, pararam o sarilho da máquina no poço da mina [...] e foi proposto que se dirigissem a Newcastle para fixar os preços dos cereais [...]”. Quando vieram da mina de Nook para Haverfordwest em 1795 (o magistrado relata que seu curador lhe disse: “Doutor, os mineiros estão chegando [...] Levantei os olhos e vi uma grande multidão de homens, mulheres e crianças armados com cacetes de carvalho, descendo a rua e gritando: ‘Todos unidos — Todos unidos’”), os mineiros explicaram mais tarde que tinham vindo a pedido dos pobres da cidade, que não tinham coragem de fixar o preço por sua própria conta.¹²²

A composição ocupacional da multidão não oferece muitas surpresas. Era (ao que parece) bastante representativa das ocupações das “camadas inferiores” nas áreas amotinadas. Em Witney (Oxfordshire), encontramos denúncias contra um tecelão de cobertores, um alfaiate, a esposa de um estalajadeiro e

um criado; em Saffron Walden (Essex), acusações contra dois cabresteiros, um cordovaneiro, um pedreiro, um carpinteiro, um serrador, um fabricante de estame e nove trabalhadores; em várias aldeias de Devonshire (Sampford Peve-rell, Burlescomb, Culmstock), encontramos acusações contra uma fiandeira, dois tecelões, um cardador de lã, um cordovaneiro, um mestre em telhados e dez operários; no caso de Handborough, foram mencionados numa denúncia um carpinteiro, um pedreiro, um serrador e sete operários.¹²³ Havia menos acusações contra pessoas de posição social superior, por suposto incitamento à rebelião, do que Rudé e outros observaram na França,¹²⁴ embora fosse sugerido com mais frequência que eram encorajados por seus superiores a adotar um tom hostil para com os fazendeiros e os intermediários. Em 1801, um observador no Sudoeste afirmava que os tumultos eram “certamente liderados por comerciantes inferiores, cardadores de lã e dissidentes, que se mantêm à parte, mas pela sua linguagem e influência imediata dominam as camadas mais baixas”.¹²⁵ Afirmava-se que de vez em quando os grandes empreiteiros encorajavam os seus próprios trabalhadores a se rebelar.¹²⁶

Outra diferença importante em relação à França era o contraste entre a relativa inércia dos trabalhadores das fazendas na Inglaterra e a rebeldia dos *vignerons* e dos pequenos camponeses. Muitos produtores de cereais continuavam certamente a observar o costume de vender grãos baratos a seus trabalhadores enquanto os criados que viviam na fazenda partilhavam da mesa do fazendeiro. Os trabalhadores rurais participavam em motins quando outros grupos (como os mineiros de carvão) formavam o núcleo original, ou quando alguma revolta os reunia em número suficiente. Quando um grande bando de trabalhadores perambulou pelo vale do Tâmisia em 1766, a ação começara com grupos que trabalhavam numa estrada de pedágio, que disseram “a uma só voz, vamos todos juntos a Newbury tornar o pão mais barato”. Uma vez na cidade, arregimentaram mais apoio desfilando na praça e dando três hurras. Em East Anglia, em 1795, encontra-se um núcleo semelhante formado por “represadores” (grupos “empregados para limpar escoadouros e construir represas”). Os represadores também eram menos sujeitos à identificação e à punição imediatas, ou às vinganças do paternalismo da aldeia, do que os trabalhadores rurais, sendo “em sua maior parte estrangeiros vindos de outros países [que] não são tão facilmente apaziguados quanto os que moram no lugar”.¹²⁷

Na verdade, o motim da fome não requeria um alto grau de organização. Requeria um consenso de apoio na comunidade e um padrão de ação herdado com seus próprios objetivos e limites. E a persistência dessa forma de ação propõe uma pergunta interessante: até que ponto ela era bem-sucedida, seja em que sentido for? Teria continuado a existir durante tantos anos, na verdade centenas de anos, se repetidamente tivesse deixado de atingir os seus objeti-

vos, gerando nada além de alguns moinhos em ruínas e vítimas nos patíbulos? É uma pergunta difícil de responder, mas que precisa ser feita.

VII

No curto prazo, parece provável que os motins e o ato de fixar os preços anulavam seus próprios objetivos. Os fazendeiros ficavam às vezes tão intimidados que mais tarde se recusavam, durante várias semanas, a levar as mercadorias ao mercado. A interdição do deslocamento dos grãos pelo país provavelmente só agravava a escassez em outras regiões. Embora seja possível encontrar exemplos em que os protestos parecem ter como resultado a queda dos preços, bem como seu oposto, e, mais ainda, encontrar exemplos em que parece haver pouca diferença no movimento dos preços em mercados atingidos por motins ou não, nenhum desses casos — por mais que se perfaça o total ou se tire a média — revela necessariamente o efeito que a *expectativa* de motins tinha sobre a situação total do mercado.¹²⁸

Podemos fazer uma analogia com a guerra. Os benefícios imediatos reais da guerra raramente são significativos, quer para o vencedor, quer para o derrotado. Mas os benefícios que se podem obter pela *ameaça* de guerra talvez sejam consideráveis: ainda assim a ameaça não vai inspirar terrores se nunca se fizer uso da sanção da guerra. Se a praça do mercado era uma arena da guerra de classes, tanto quanto a fábrica e a mina vieram a ser na Revolução Industrial, a ameaça de motins causaria impacto sobre toda a situação de mercado, não só nos anos de escassez, mas também nos anos de colheita moderada, não só nas cidades notórias por sua suscetibilidade a agitações, mas também nas cidades onde as autoridades queriam preservar uma tradição de paz. Entretanto, por mais cuidadosamente que se quantifiquem os dados disponíveis, eles não conseguem nos mostrar a que nível os preços teriam subido se a ameaça de tumultos tivesse sido completamente eliminada.

As autoridades em áreas propensas a agitações eram frequentemente ponderadas e competentes ao lidar com os distúrbios. Isso faz com que às vezes se esqueça que o motim era uma calamidade, resultando com frequência numa profunda perturbação das relações sociais na comunidade, cujas consequências podiam se arrastar por anos. Os magistrados das províncias estavam muitas vezes em extremo isolamento. As tropas, se recrutadas, podiam levar dois, três ou mais dias para chegar à cidade, e a multidão sabia disso muito bem. O xerife de Gloucestershire nada pôde fazer nos primeiros dias do “levante” de 1766, a não ser marcar presença no mercado de Stroud com seus “lanceiros”. Em 1709, um magistrado de Suffolk se absteve de prender os líderes da revolta, porque “a

turba ameaçou derrubar tanto a sua casa como a cadeia se ele punisse qualquer um dos camaradas”. Outro magistrado que conduziu um *posse comitatus* esfarapado e pouco marcial por North Yorkshire até Durham em 1740, fazendo prisioneiros pelo caminho, ficou consternado ao ver os cidadãos de Durham saírem à rua para libertar dois de seus prisioneiros no portão da prisão. (Esses resgates eram comuns.) Um exportador de grãos de Flint teve uma experiência ainda mais desagradável no mesmo ano. Os amotinados entraram na sua casa, beberam a cerveja e o vinho de suas adegas, e ficaram “com uma espada desembainhada apontada para minha filha legítima [...] Eles têm muitas armas de fogo, lanças e espadas. De cinco das lanças, disseram que quatro vão servir para carregar meus quatro membros, e a outra para carregar a minha cabeça em triunfo [...]”.

A questão da ordem não era absolutamente simples. A inadequação das forças civis se combinava com a relutância em empregar a força militar. Os próprios oficiais tinham bastante humanidade, e estavam rodeados de muita ambiguidade quanto a seus poderes em confrontos civis, manifestando uma marcante falta de entusiasmo por esse “serviço odioso”.¹²⁹ Se os magistrados locais convocavam as tropas, ou autorizavam o uso de armas de fogo, tinham de continuar a viver no distrito depois da saída das tropas, ficando sujeitos ao ódio da população local, talvez recebendo cartas ameaçadoras, e sendo vítimas de janelas quebradas ou até de incêndios criminosos. As tropas aquarteladas numa cidade logo se tornavam impopulares, mesmo entre os que as tinham convocado. Com regularidade incomum, os documentos do Ministério do Interior ou do Ministério da Guerra mostram que os pedidos de ajuda de reforços eram seguidos, depois de um intervalo de cinco ou seis semanas, por petições requisitando sua remoção. Uma petição lastimosa dos habitantes de Sunderland em 1800, encabeçada pelo seu pároco, pedia a retirada do 68º Regimento: “O seu principal objetivo é o roubo. Várias pessoas foram derrubadas e tiveram os relógios roubados, mas tudo isso sempre da maneira mais violenta e brutal”. Um jovem sofreu fratura no crânio, o outro teve o lábio superior cortado. Os habitantes de Wantage, Farringdon e Abingdon solicitavam “em nome de Deus [...] que se retirasse deste lugar a parte do regimento de Lord Landaff, senão a consequência serão assassinatos, pois nunca entrou nesta cidade um grupo de patifes como esse”. Um magistrado local, apoiando a petição, acrescentava que o “comportamento selvagem dos militares [...] exaspera o populacho no mais alto grau. Os relacionamentos normais dos fazendeiros nas feiras e mercados ficam muito prejudicados”.¹³⁰

Os motins eram uma calamidade. A “ordem” que às vezes se lhes seguia podia ser uma calamidade ainda maior. Por isso, a ansiedade das autoridades, quer para prevenir seu evento, quer para eliminá-lo logo em seus primeiros estágios, pela presença pessoal, exortação e concessão. Numa carta de 1773, o

prefeito de Penryn, sitiado por mineiros de estanho enfurecidos, escreve que a cidade foi invadida por trezentos “desses bandidos, com quem fomos forçados a parlamentar e chegar a um acordo, deixando-os comprar os cereais por um terço do custo de produção para os proprietários”. Essas negociações, mais ou menos relutantes, eram comuns. Um experiente magistrado de Warwickshire, Sir Roger Newdigate, observava em seu diário em 27 de setembro de 1766:

Às 11h fui a Nuneaton [...] e com os principais habitantes da cidade fui ao encontro dos mineiros de carvão de Bedworth e da turba que vinha gritando e armada de paus. Perguntei o que queriam, prometi atender a todas as suas reclamações razoáveis se fossem pacíficos e jogassem no prado os seus paus, o que então todos fizeram; depois caminhei com eles a todas as casas que eles pensavam ter mercadorias estocadas, deixei que cinco ou seis fossem procurar os produtos e persuadi os proprietários a vender o que se encontrou de queijo [...].

Os mineiros de carvão então deixaram a cidade tranquilamente, depois que Sir Roger Newdigate e outros dois deram meio guinéu a cada um. Na realidade, eles haviam procedido conforme o *Book of orders*.¹³¹

Esse tipo de negociação, na fase inicial do motim, frequentemente assegurava concessões para a multidão. Mas devemos notar igualmente os esforços feitos pelos magistrados e proprietários no sentido de prevenir os distúrbios. Um magistrado de Shropshire, em 1756, descreve que os mineiros de carvão “afirmam que se os fazendeiros não levarem os cereais ao mercado, eles irão até as suas casas e debulharão os cereais”: “Mande ordens aos meus arrendatários para que cada um levasse alguma quantidade de cereais ao mercado no sábado, pois é o único meio que me ocorre de prevenir maiores violências”. No mesmo ano, podemos observar esforço semelhante dos magistrados em Devon. Havia ocorrido tumultos em Ottery, os cereais dos fazendeiros foram arrebatados e vendidos a cinco xelins por alqueire, e vários moinhos atacados. Sir George Yonge mandou seu criado afixar uma nota admoestadora e conciliatória na praça do mercado:

A turba se reuniu, insultou o meu criado e intimidou o apregoador [...] Ao ler [a nota] eles declararam que aquilo não servia, que os fidalgos não precisavam se incomodar, pois *eles* é que fixariam o preço em quatro xelins e nove pence no próximo dia do mercado. Depois disso, fui até a cidade ontem, e declarei, tanto a gente comum como às pessoas de melhor posição social, que se os ânimos não se acalmassem, os militares deviam ser convocados [...].

Ele e dois membros da *gentry* vizinhos enviaram então os seus próprios cereais aos mercados locais:

Dei ordens para que os meus cereais fossem vendidos para os pobres a cinco xelins e três pence e a cinco xelins e seis pence por alqueire, pois resolvemos

praticar um preço um pouco acima daquele ditado pela turba. Vou mandar alguém falar com os moleiros para saber se eles podem distribuir alguma farinha [...].

O prefeito de Exeter respondeu a Yonge que as autoridades da cidade tinham ordenado que os cereais fossem vendidos a cinco xelins e seis pence: “Tudo se acalmou assim que os fazendeiros baixaram os preços [...]”. Em Devon, ainda se tomavam medidas semelhantes em 1801, com “alguns fidalgos da melhor estirpe nos arredores de Exeter [...] dando ordens [...] a seus arrendatários para levar os cereais ao mercado, sob pena de não terem os seus arrendamentos renovados”. Em 1795 e 1800-1, era frequente em outros condados que os proprietários rurais tradicionalistas dessem tais ordens a seus arrendatários. O conde de Warwick (um arquipaternalista e defensor de uma legislação muito rigorosa para os que compravam grãos antecipadamente) visitava pessoalmente todas as suas propriedades dando esse tipo de ordem a seus arrendatários.¹³²

Essas pressões, como forma de prevenir os motins, talvez fossem mais eficazes do que se tem proposto: conseguindo levar os cereais para o mercado, restringindo o aumento dos preços e intimidando certos tipos de lucratividade. Além disso, a disposição para motins certamente funcionava como um sinal para os ricos de que era preciso colocar em bom estado os mecanismos de assistência e caridade da paróquia — cereais e pão subsidiados para os pobres. Em janeiro de 1757, a municipalidade de Reading concordava “que se devia criar uma subscrição que levantasse dinheiro para comprar pão a ser distribuído entre os pobres [...] a um preço a ser fixado muito abaixo do atual preço do pão [...]”. A própria municipalidade doou 21 libras.¹³³ Tais medidas eram imitadas com bastante frequência, a iniciativa partindo ora da municipalidade, ora de determinados membros da *gentry*, ora das sessões trimestrais dos tribunais, ora das autoridades paroquiais, ora dos empregadores — especialmente daqueles que empregavam uma substancial mão de obra (como os mineiros de chumbo) em distritos isolados.

As medidas adotadas em 1795 foram especialmente extensas, variadas e bem documentadas. Elas abrangiam desde subscrições diretas para reduzir o preço do pão (as paróquias às vezes mandavam seus próprios agentes aos portos para comprar grãos importados), a subsídios pagos com as taxas das leis de assistência aos pobres, e até o sistema *speenhamland*.^{viii} O exame dessas medidas nos levaria a analisar mais profundamente a história das leis de assistência aos pobres do que é nossa presente intenção.¹³⁴ Mas os efeitos eram às vezes curiosos. As subscrições, embora acalmassem uma determinada área, podiam provocar tumultos numa adjacente, por despertarem um agudo senso de desigualdade.

(viii) Sistema de ajuda aos pobres adotado em 1795 e que se manteve até o início do século XIX. Para tal, ver *A formação da classe operária inglesa*, vol. 1, p. 71. (N. R.)

Em 1740, um acordo em Newcastle para reduzir os preços, acertado entre os mercadores e uma comissão de mineiros rebelados (com a mediação dos *eddis*), resultou na afluência à cidade de “gente do campo” das aldeias distantes. Tentou-se em vão limitar a venda das mercadorias às pessoas que tinham um certificado fornecido por “um provedor, um superintendente da distribuição das mercadorias, um fiscal das filas ou um funcionário da paróquia”. Pela explicação dada pelo duque de Richmond, a participação dos soldados nos motins que fixaram preços em 1795 teria sido provocada por uma desigualdade semelhante: os soldados alegavam “que se os habitantes do campo contam com o auxílio de suas paróquias e subscrições, os soldados não recebem esse benefício”. Além disso, embora fossem usadas para pagar o preço pela suspensão dos motins (real ou potencial), essas subscrições tinham muitas vezes o efeito de *elevantar* o preço do pão para aqueles que não recebiam o benefício da subscrição. “Pode-se observar esse processo na região sul de Devon, onde as autoridades ainda atuavam em 1801 conforme a tradição de 1757. A multidão de Exeter protestou no mercado para conseguir trigo a dez xelins por alqueire:

Os fidalgos e os fazendeiros se reuniram, e o povo esperou a sua decisão [...] Foram informados de que não seria aceito nenhum preço por eles determinado ou fixado, principalmente porque não se admitia o princípio de fixar o preço. Os fazendeiros então concordaram com o preço de doze xelins, e com a regra de que todo habitante poderia comprar a quantidade de cereais proporcional ao tamanho de sua família [...].

Os argumentos dos descontentes em Exmouth são muito convincentes. “Dê-nos qualquer *quantidade* que o estoque à mão comportar, e ao preço que pudermos pagar, e ficaremos satisfeitos; não aceitaremos nenhuma subscrição dos fidalgos porque isso aumenta os preços, e constitui para eles um incômodo.”¹³⁶

A questão não é simplesmente que, em tempos de escassez, os preços fossem determinados por muitos outros fatores além das meras forças do mercado. Qualquer pessoa com um conhecimento (mesmo precário) das muito difamadas fontes “literárias” sabe disso. É mais importante observar o contexto socioeconômico total em que operava o mercado, bem como a lógica da pressão da multidão. Outro exemplo, desta vez de um mercado até então livre de motins, ilustra essa lógica em ação. O relato é de um relevante fazendeiro, John Toogood, em Sherborne (Dorset). O ano de 1757 começara com uma “queixa geral” dos preços elevados e relatos frequentes de protestos em outros lugares: “No dia 30 de abril, sendo dia de mercado, muitos de nossos pobres insolentes e vagabundos se reuniram e começaram um motim na casa do mercado, depois foram até o moinho Oborn e se apoderaram de vários sacos de farinha, dividindo o saque em triunfo aqui”. Na segunda-feira seguinte, uma carta anônima, dirigida ao irmão de Toogood (que acabara de vender dez alqueires de trigo a catorze xelins e dez pence — “um alto preço realmente” — a um moleiro), foi encontrada na abadia:

“Meu senhor, se não levar o seu trigo ao mercado e vendê-lo a um preço razoável, os seus celeiros serão destruídos [...]”.

Como os motins são algo novo em Sherborne [...] e como as paróquias vizinhas pareciam prontas a participar desse esporte, achei que não havia tempo a perder e que convinha esmagar o mal pela raiz, e com essa finalidade tomamos as seguintes medidas.

Convocada uma reunião no asilo dos pobres, acertou-se que o sr. Jeffrey e eu faríamos um levantamento de todas as famílias mais necessitadas na cidade. Feito isso, arrecadamos cerca de cem libras por meio de subscrições, e antes do dia de mercado seguinte, o nosso juiz de paz e alguns dos principais habitantes realizaram uma procissão pelas ruas e mandaram o apregoador da cidade divulgar o seguinte aviso:

“Que as famílias pobres desta cidade recebam uma quantidade de trigo suficiente para o seu sustento, todas as semanas até a colheita, a uma taxa de oito xelins por alqueire, e que, se depois desse aviso público, alguma pessoa, seja quem for, empregar alguma expressão ameaçadora ou provocar algum ato de protesto ou desordem nesta cidade, o infrator será imediatamente recolhido à prisão”.

Eles então contrataram a compra de trigo a dez xelins e doze xelins por alqueire, fornecendo-o a uma “Relação de Pobres” a oito xelins até a colheita. (Sessenta alqueires por semana durante esse período devem ter importado num subsídio de cem a duzentas libras.) “Por esses meios restauramos a paz, e desapontamos muitos sujeitos folgados e desordeiros das paróquias vizinhas, que apareciam no mercado com seus sacos vazios, esperando conseguir cereais sem dinheiro.” Ao redigir esse relato para orientar seus filhos, John Toogood o concluiu com o seguinte conselho:

Se circunstâncias parecidas acontecerem futuramente no tempo da sua geração, e se algum de vocês estiver envolvido na atividade agrícola, que o olhar cheio de cobiça não os tente a ser o primeiro a aumentar o preço dos cereais, mas que o comportamento de vocês demonstre compaixão e caridade para com a condição dos pobres [...].¹³⁷

É no interior desse contexto que a função dos motins pode ser esclarecida. No curto prazo, os motins talvez fossem contraproducentes, embora isso ainda não esteja provado. Porém, uma vez mais, os distúrbios eram uma calamidade social, que devia ser evitada mesmo a um custo alto. O custo podia ser o de encontrar um meio-termo entre o preço “econômico” elevado no mercado e o preço “moral” tradicional determinado pela multidão. Esse meio-termo podia ser alcançado pela intervenção dos paternalistas, pelos prudentes limites que fazendeiros e negociantes se autoimpunham, ou pela compra do apoio de parte da multidão em troca de subsídios e caridades. Como Hannah More celebrou

em rima, no personagem do sentencioso Jack Anvil, quando este tenta dissuadir Tom Hod de participar dos motins:

*Vou trabalhar o dia inteiro, e aos domingos procurar
Na igreja a força para suportar as privações da semana.
Os fidalgos também vão nos dar mantimentos,
Vão fazer subscrições — e abrir mão dos pudins e das tortas.*

Ai de mim.^{IX 138}

“Ai de mim”, realmente, e até *tra-la-lá!* Entretanto, dada a natureza dos fidalgos, um bom motim tempestuoso na paróquia vizinha tinha mais chances de azeitar as rodas da caridade do que a visão de Jack Anvil de joelhos na igreja. Como os versos de pé-quebrado resumiram *no lado de fora* da porta da igreja em Kent, em 1630:

*Antes de subirmos ao céu
Um pouco bastará.^X*

VIII

Vimos examinando um padrão de protesto social que deriva de um consenso a respeito da economia moral do bem-estar público em tempos de escassez. Em geral, não adianta examiná-lo procurando intenções políticas manifestas e articuladas, embora de vez em quando elas apareçam por pura coincidência. É possível encontrar com frequência frases rebeldes, geralmente (suspeita-se) para gelar o sangue dos ricos com seu efeito teatral. Dizia-se que os mineiros de Newcastle, animados com o sucesso de sua invasão da sede da Prefeitura, “defendiam pôr em prática os antigos princípios niveladores”; é verdade que pelo menos arrancaram os retratos de Charles II e James II da parede e despedaçaram as molduras. Em oposição, os barqueiros de Henley (Oxfordshire) gritavam em 1743: “Longa vida ao pretendente”. E alguém em Woodbridge (Suffolk) pregou uma nota na praça do mercado em 1766, que o magistrado local achou “peculiarmente ousada e sediciosa, e de grande e delicada importância”: “O nosso desejo [dizia] é que o nosso rei voltasse do exílio ou enviasse alguns oficiais”. Talvez se tivesse em mente a mesma ameaça, no Sudoeste, em 1753, quando se gritava que “os franceses logo estarão aqui”.¹³⁹

(ix) So I'll work the whole day, and on Sundays I'll seek/ At Church how to bear all the wants of the week/ The gentlefolks, too, will afford us supplies/ They'll subscribe — and They'll give up their puddings and pies/ *Derry down.*

(x) Before we arise/ Less will suffice.

Muito comuns são as ameaças gerais de “nivelção” e as imprecações contra os ricos. Uma carta em Witney (1767) assegurava aos bailios da cidade que o povo não toleraria “que esses malditos patifes gordos de barrigas roncadoras matassem os pobres de fome por esses meios infernais, para poder continuar a caçar, participar de corridas de cavalos e levar com as suas famílias uma vida de orgulho e extravagância”. Uma carta na Gold Cross de Snow Hill em Birmingham (1766), assinada “Kidderminster & Stourbridge”, foi talvez redigida como versos de pé-quebrado:

*[...] somos um pequeno Exército, mais de 3 mil, todos prontos para lutar
e maldito seja se não transformarmos o Exército do rei em merda,
Se o rei e o Parlamento não derem melhores ordens,
vamos transformar a Inglaterra em lixo
e se as coisas não ficarem mais baratas,
maldito seja se não destruímos o Parlamento e melhorarmos a vida [...].^{x1}*

Em 1772, uma carta em Colchester, dirigida a todos os fazendeiros, moleiros, açougueiros, lojistas e mercadores de cereais, avisava a todos os “malditos patifes” para tomarem cuidado, “pois é novembro, e temos umas duzentas ou trezentas bombas preparadas para os moleiros e todos os demais. Nada de rei, nem de Parlamento, apenas uma conspiração de pólvora por toda a nação”. Em 1776, os fidalgos de Fareham (Hampshire) foram avisados de que deviam se preparar “para uma guerra civil ou sediciosa”, que “derrubaria George do trono, derrotaria a casa dos patifes e destruiria as cadeiras dos legisladores”. “É melhor suportar o jugo estrangeiro do que ser explorado desse modo”, escrevia um aldeão perto de Hereford no ano seguinte. E assim por diante, em quase todas as regiões da Grã-Bretanha. Trata-se essencialmente de retórica, embora uma que devasta a retórica dos historiadores quanto à deferência e às solidariedades sociais da Inglaterra georgiana.¹⁴⁰

Somente em 1795 e 1800-1, quando um matiz jacobino se torna frequente nessas cartas e impressos, é que temos a impressão de uma genuína corrente subterrânea de motivação política articulada. Um exemplo incisivo são uns versos de pé-quebrado endereçados “aos encenqueiros e aos que aumentam o preço da farinha”, que alarmou um magistrado de Maldon (Essex):

*Com grãos e refugos para porcos quereis que os pobres se alimentem
Embaixo da guilhotina gostaríamos de ver vossas cabeças*

(xi) [...] there is a small Army of us upwards of there thousand all ready to fight/ & I'll be damn'd if we don't make the King's Army to shite/ If so be the King & Parliament don't order better/ we will turn England into a Litter / & if so be as things don't get cheaper/ I'll be damd if we don't burn down the Parliament House & make all better [...].

*Pois acho que é uma vergonha tratar os pobres desse jeito —
E acho que algumas de vossas cabeças vão dar um belo espetáculo.^{xii}*

Um grande número dessas cartas circulava naqueles anos. De Uley (Gloucestershire), “não queremos rei mas uma constituição, abaixo, abaixo, abaixo, oh, morte aos barretes empinados e aos chapéus orgulhosos para sempre abaixo, abaixo [...]”. Em Lewes (Sussex), depois que vários milicianos foram executados por terem participado do ato de fixar os preços, divulgou-se um aviso: “Às armas, soldados!”.

*Levantem-se e tirem a sua desforra
Nesses estúpidos sanguinários, Pitt e George,
Pois como eles já não podem mandá-los para a França
Para serem mortos como porcos, ou perfurados pela lança,
Mandam o mensageiro buscá-los com ordens de rápido retorno
Para serem fuzilados como corvos, ou enforcados por turnos [...].*

Em Ramsbury (Wiltshire), em 1800, uma nota foi afixada numa árvore:

Abaixo o governo suntuoso, o espiritual e o temporal, pois senão vocês vão morrer de fome. Eles roubaram de vocês o pão, o queijo, a carne etc. etc. etc. etc. E até as suas vidas eles tomaram, de milhares nas suas expedições. Que a família Bourbon defenda a sua própria causa, e vamos nós, os verdadeiros bretões, cuidar de nossas vidas. Vamos expulsar alguns para Hanover, de onde eles vieram. Abaixo a Constituição, construam uma República, senão vocês e seus filhos vão passar fome o resto de seus dias. Caros irmãos, vocês vão se render e morrer nas mãos dos devoradores de homens, vão deixar os seus filhos nessa servidão, à mercê desse governo canalha que está agora devorando vocês?

Deus Salve os Pobres e abaixo George III.¹⁴¹

Mas esses anos de crise durante as guerras napoleônicas (1800-1) exigiam exame particular. Estamos chegando ao fim de uma tradição, e a nova tradição mal começou. Nesses anos, a forma alternativa de pressão econômica — a pressão sobre os salários — está se tornando mais vigorosa; existe algo mais do que retórica por trás da linguagem da sedição — organização de ligas clandestinas, juramentos, o obscuro “Ingleses Unidos”. Em 1812, os tradicionais motins da fome coincidem em parte com o luddismo. Em 1816, os trabalhadores de East Anglia não só determinavam os preços, mas também exigiam um salário mínimo e o fim do sistema *speenhamland* de assistência aos pobres. Eles antecediam a revolta muito diferente dos trabalhadores de 1830. A forma antiga de

(xii) On Swill & Grains you wish the poor to be fed/ And underneath the Guillintine we could wish to see your heads/ For I think it is a great shame to serve the poor so —/ And I think a few of your heads will make a pretty show.

ação continua a existir na década de 1840 e até mais tarde: estava profundamente arraigada no Sudoeste.¹⁴² Mas nos novos territórios da Revolução Industrial, ela passou gradativamente a outras formas de ação. A baixa nos preços do trigo depois das guerras facilitou a transição. Nas cidades ao norte, a luta contra os atravessadores de cereais deu lugar à luta contra as Leis dos Cereais.

Havia outra razão para que 1795 e 1800-1 nos levassem a um território histórico diferente. As formas de ação que vimos examinando dependiam de um conjunto particular de relações sociais, o equilíbrio particular entre a autoridade paternalista e a multidão. Esse equilíbrio foi quebrado durante as guerras, por duas razões. Primeiro, o agudo antijacobinismo da pequena nobreza criou um novo medo de qualquer forma de autoativação popular; os magistrados inclinavam-se a ver sinais de motim nos atos de fixar os preços, mesmo quando não havia nada; o medo da invasão deu origem aos Voluntários, e assim ofereceu aos poderes civis meios muito mais imediatos de enfrentar a multidão, não com discussões e concessões, mas com a repressão.¹⁴³ Segundo, essa repressão era legitimada, nas mentes das autoridades centrais e de muitas autoridades locais, pelo triunfo da nova ideologia da economia política.

O ministro do Interior, o duque de Portland, foi o representante secular desse triunfo celestial. Em 1800-1, ele exibiu uma nova firmeza, não só em lidar com os distúrbios, mas também em controlar e advertir aquelas autoridades locais que ainda esposavam o antigo paternalismo. Em setembro de 1800, houve um episódio significativo em Oxford. Surgira algum conflito sobre o preço da manteiga no mercado, e a cavalaria apareceu na cidade (a pedido — como se veio a saber — do vice-reitor). O escrivão da cidade, por ordem do prefeito e dos magistrados, escreveu ao ministro da Guerra, expressando a sua “surpresa de que um corpo militar de cavalaria tivesse aparecido na cidade hoje de manhã cedo”:

É com grande prazer que lhe informo que o povo de Oxford até o presente momento não tem demonstrado nenhuma tendência de rebelião com exceção de levar ao mercado algumas cestas de manteiga e vender cada libra por um xelim, prestando contas do dinheiro ganho ao dono da manteiga [...].

“Apesar da extrema pressão dos tempos”, as autoridades da cidade “não tinham dúvida” de que não havia “razão nesta cidade para a presença de um corpo de soldados regular”, especialmente porque os magistrados andavam muito diligentes, reprimindo “o que eles consideram ser uma das principais causas da carestia, os delitos de comprar as mercadorias antecipadamente, açambarcar e comprar para futura revenda [...]”.

A carta do escrivão da cidade foi enviada ao duque de Portland, e arrancou dele uma grave repreensão:

Sua Alteza [...] deseja que o senhor informe ao prefeito e aos magistrados que, como sua posição oficial lhe permite apreciar de modo mais particular a extensão dos danos públicos que devem inevitavelmente resultar da continuação dos atos de rebelião que têm ocorrido em várias partes do reino em consequência da presente escassez de provisões, ele se considera mais imediatamente obrigado a exercer o seu próprio julgamento e discernimento no sentido de indicar as medidas adequadas que devem ser tomadas para a eliminação imediata e efetiva desses atos perigosos. Por mais que Sua Alteza lamente a causa desses motins, nada é mais certo do que o fato de que eles só conseguirão agravar o mal além do que nos é dado prever. Portanto, Sua Alteza não pode deixar passar em silêncio aquela parte de sua carta que afirma “que o povo de Oxford até o presente momento não tem demonstrado nenhuma tendência aos tumultos, a não ser que se considere tumulto levar ao mercado algumas cestas de manteiga e vender cada libra por um xelim, prestando contas do dinheiro ganho ao dono da manteiga [...]”.

Assim, longe de considerar essa circunstância à luz trivial com que é apresentada na sua carta (mesmo supondo que não tenha conexões com outras ações de natureza semelhante e ainda mais perigosa, o que é de recear não seja o caso), Sua Alteza a vê como um ataque violento e injustificável contra a propriedade, prenhe das consequências mais fatais para a cidade de Oxford e para os seus habitantes de todas as posições sociais; e Sua Alteza presume que o prefeito e os magistrados devem saber que têm o dever sagrado de eliminar e punir esse ataque com a imediata captura e prisão dos infratores.¹⁴⁴

Durante os anos de 1800 e 1801, o duque de Portland procurou impor as mesmas doutrinas. O remédio para os distúrbios eram os militares ou os Voluntários; até as subscrições liberais deviam ser desencorajadas, pois esgotavam os estoques; persuadir os fazendeiros ou os negociantes a baixarem os preços era um delito contra a economia política. Em abril de 1801, ele escrevia ao conde Mount Edgcumbe, “Sua Excelência deve escusar a liberdade que tomo em não deixar passar sem comentário o acordo que menciona ter firmado voluntariamente com os fazendeiros na Cornualha para fornecer cereais e outras provisões aos mercados a preços reduzidos [...]”. O duque tinha informações de que as autoridades do condado tinham pressionado os fazendeiros:

[...] a experiência que tenho [...] me obriga a dizer que todo empreendimento desse tipo não se justifica pela natureza das coisas, devendo, inevitavelmente e em pouco tempo, aumentar e agravar a desgraça que pretende minorar, e também me aventuro a afirmar que quanto mais geral for esse empreendimento, tanto mais prejudiciais serão as consequências que não podem deixar de acompanhá-lo, porque ele necessariamente impede o emprego do capital na atividade agrícola [...].¹⁴⁵

A “natureza das coisas”, que já tornara imperiosa, nos tempos de escassez, pelo menos alguma solidariedade simbólica entre os governantes e os pobres, ditava agora a solidariedade entre os governantes e “o emprego do capital”. É,

talvez, apropriado que o ideólogo que formulou a síntese de um antijacobinismo histórico com a nova economia política tenha sido o encarregado de assinar o certificado de óbito daquele paternalismo que, em suas passagens retóricas mais ilusórias, ele celebrara. “Os trabalhadores pobres”, exclamava Burke: “Que se demonstre compaixão nos atos, mas que não se lamente a sua condição. Não é consolo para as suas circunstâncias miseráveis; é apenas um insulto à sua inteligência miserável [...] Paciência, trabalho, sobriedade, frugalidade e religião devem ser recomendados; todo o resto é *fraude* rematada”.¹⁴⁶ Contra esse tom, o aviso em Ramsbury era a única resposta possível.

IX

Espero que um quadro um pouco diferente do habitual tenha emergido desse ensaio. Não tentei descrever um espasmo involuntário, mas um padrão de comportamento que não envergonharia um ilhéu de Trobriand.

É difícil reimaginar os pressupostos morais de outra configuração social. Temos dificuldade de conceber possível a existência de uma época, numa comunidade menor e mais integrada, quando não parecia “natural” que um homem lucrasse com as necessidades dos outros, e quando se admitia que, em tempos de escassez, os preços dos “artigos de primeira necessidade” deviam continuar no seu nível habitual, ainda que houvesse menos mercadorias por toda parte.

“Na economia do burgo medieval”, escreveu R. H. Tawney, “o consumo tinha de certo modo a mesma primazia na mente pública, como árbitro incontestante da atividade econômica, que o século XIX atribuíra aos lucros.”¹⁴⁷ Sem dúvida alguma, esses pressupostos já eram vigorosamente questionados muito antes do século XVII. Mas é muito frequente, em nossas narrativas históricas, encurtar as grandes transições. Deixamos o problema das compras antecipadas de mercadorias e a doutrina do preço justo no século XIX. Tratamos da história da economia de livre mercado no século XIX. Mas a morte da antiga economia moral das provisões foi tão prolongada quanto a morte da intervenção paternalista na indústria e no comércio. O consumidor defendia suas antigas noções de direito tão teimosamente quanto o seu status profissional como artesão (o mesmo homem, talvez, em outro papel).

Essas noções de direito eram claramente articuladas. Por muito tempo, levaram o *imprimatur* da igreja. O *Book of orders* de 1630 considerava o preceito e o exemplo moral como parte integrante das medidas de emergência:

Que todos os meios e persuasões honestos sejam empregados pelos juízes em suas várias divisões, e que se façam admoestações e exortações nos sermões das igrejas [...], para que os pobres tenham à sua disposição cereais a preços conve-

nientes e caridosos. E para a promoção desse objetivo, que os mais ricos sejam sinceramente movidos pela caridade cristã a colocar os seus grãos à venda para os mais pobres pelos preços comuns do mercado: um ato de caridade, que sem dúvida será recompensado por Deus Todo-poderoso.

Pelo menos um desses sermões, proferido pelo reverendo Charles Fitz-Geffrey em Bodmin e Fowey (Cornualha), antes das sessões em 1630, ainda era conhecido dos leitores do século XVIII. Aqueles que retinham os cereais eram ali denunciados como

esses que odeiam os homens, que se opõem ao bem comum, como se o mundo fosse feito apenas para eles, que querem se apoderar da terra e dos seus frutos, só para eles [...] Como as codornizes engordam com a cicuta, que é veneno para outras criaturas, assim esses prosperam com a escassez.

Eram “inimigos tanto de Deus como do homem, contrários à graça e à natureza”. Quanto ao negociante, que exportava cereais em tempos de desabastecimento, “o sabor do lucro é doce para ele, embora seja recolhido no atoleiro da profissão mais suja da Europa [...]”¹⁴⁸

Com o passar do século XVII, esse tipo de exortação se calou, especialmente entre os puritanos. Com Baxter, uma parte do preceito moral é diluída com uma parte de casuismo e uma parte de prudência comercial: “assim como a justiça, a caridade deve ser exercida”, e, embora as mercadorias possam ser retidas na expectativa do aumento dos preços, tal coisa não deve ser feita “em prejuízo da comunidade, como se [...] reter as mercadorias fosse a causa da carestia”.¹⁴⁹ O antigo ensinamento moral se tornava cada vez mais dividido entre a *gentry* paternalista, de um lado, e a plebe rebelde, de outro. Na igreja em Stoneleigh (Warwickshire), há um epitáfio para Humphrey How, o porteiro de Lady Leigh, que morreu em 1688:

*Aqui jaz um amigo leal dos pobres
Que tirava grandes esmolas da despensa de seu amo
Não choreis, oh pobres, embora vosso criado esteja morto
O Senhor vos dará o pão de cada dia
Se os mercados sobem, não reclameis de suas taxas
O preço ainda é o mesmo nos portões de Stone Leigh.*¹⁵⁰

Os antigos preceitos ressoavam durante todo o século XVIII. De vez em quando ainda podiam ser escutados do púlpito:

Extorsão de qualquer tipo é vil, mas essa extorsão dos cereais é do tipo mais vil. Recai pesadamente sobre os pobres. É roubá-los por serem pobres [...] É acabar de assassinar a quem já encontram meio mortos, é saquear o barco naufragado [...] Esses são os assassinos acusados pelo filho de Sirach, quando diz: *O pão dos necessitados significa a sua vida; aquele que lhes rouba esse pão é um sanguinário* [...]

É justo chamar esses opressores de ‘*sanguinário*’; e certamente o sangue dos que assim morrem será cobrado de suas mãos.¹⁵¹

Mais frequentemente eram encontrados nos folhetos ou nos jornais:

Manter elevado o preço da própria matéria da vida numa transação tão extravagante, a ponto de os pobres [...] não poderem comprá-la, é a maior iniquidade de que um homem pode ser culpado; não é menos grave que assassinato, ou melhor, é o assassinato mais cruel.¹⁵²

Às vezes em volantes e baladas:

*Oh, homens ricos de coração empedernido,
Nas vossas desgraças, chorai e gemei,
O ouro corroído vai se rebelar contra vós,
E testemunhar contra vossas almas [...].*^{XIII 153}

E frequentemente em cartas anônimas. “Não façam de seu dinheiro um deus”, os fidalgos de Newbury eram alertados em 1772: “mas pensem nos pobres, oh grandes homens, vocês pensam em ir para o céu ou para o inferno? Pensem no sermão de 15 de março, pois ai de nós se não os obrigarmos a pensar, vocês pensam em matar os pobres de fome, seus malditos filhos da puta [...]”.¹⁵⁴ “Mulher avara!” assim os mineiros de estanho da Cornualha se dirigiram a uma sonegadora de cereais em 1795: “Estamos [...] determinados a nos reunir e partir imediatamente até encontrarmos o seu ídolo, ou seu Deus, ou seu Moisés, a quem você assim considera, para derrubá-lo e igualmente derrubar a sua casa [...]”.¹⁵⁵

Hoje não damos importância aos mecanismos extorsivos de uma economia de mercado não regulado, porque causam à maioria de nós apenas inconveniências, simples incômodos. Não era o caso no século XVIII. Períodos de escassez eram realmente períodos de escassez. Os altos preços significavam barrigas inchadas e crianças doentes que tinham por alimento pão ordinário feito com farinha estragada. Não se publicou até agora nenhuma evidência que mostrasse uma clássica *crise des subsistances* na Inglaterra no século XVIII:¹⁵⁶ a mortalidade de 1795 certamente não chegou perto da verificada na França no mesmo ano. Mas havia o que a *gentry* descrevia como uma desgraça que era “verdadeiramente dolorosa”: os preços em alta (escreveu um fidalgo) “arrancaram as roupas de suas costas, furtaram os sapatos e as meias dos seus pés e tiraram a comida de suas bocas”.¹⁵⁷ Os levantes dos mineiros de estanho da Cornualha eram precedidos por cenas angustiantes: os homens desmaiavam no trabalho e tinham de ser carregados para casa pelos colegas, que não estavam em melhor estado. A escassez foi acompanhada de uma epidemia descrita

(xiii) Go now you hard-hearted rich men/ In your miseries, weep and howl/ Your canker'd gold will rise against you/ And Witness be against your souls [...].

como “febre amarela”, muito provavelmente a icterícia associada à desnutrição.¹⁵⁸ Num ano desses, o “mascate” de Wordsworth perambulou entre as choupanas e viu

*As aflições daquela estação; muitos ricos
Afundavam como num sonho entre os pobres,
E dos pobres muitos deixavam de existir,
E o seu lugar não os reconhecia [...].*^{XIV 159}

Mas se o mercado era o ponto em que os trabalhadores mais frequentemente se sentiam expostos à exploração, era também o ponto — especialmente nos distritos rurais ou manufatureiros dispersos — em que eles podiam mais facilmente se organizar. Ir ao mercado (ou “fazer as compras”) se torna cada vez mais impessoal na sociedade industrial desenvolvida. Na Grã-Bretanha e na França do século XVIII (e em algumas partes do Sul da Itália, no Haiti, na Índia rural ou na África da atualidade), o mercado continuava a ser uma conexão tanto econômica como social. Era o lugar onde ocorriam centenas de transações: as notícias eram dadas, os rumores e os boatos corriam por toda parte, discutia-se política (se é que se discutia) nas estalagens ou vendas de vinho ao redor da praça do mercado. O mercado era o lugar onde as pessoas, por serem numerosas, sentiam por um momento que tinham grande força.¹⁶⁰

Os confrontos do mercado numa sociedade “pré-industrial” são certamente mais universais do que qualquer experiência nacional. E os preceitos morais elementares do “preço razoável” são igualmente universais. Na realidade, pode-se sugerir a sobrevivência na Grã-Bretanha de um imaginário pagão que chega a níveis mais obscuros do que o simbolismo cristão. Poucos rituais populares sobreviveram com tanta força até o final do século XVIII quanto a parafernália do festejo do término da colheita, com seus amuletos e ceias, suas feiras e festivais. Mesmo nas áreas manufatureiras, o ano ainda girava no ritmo das estações, e não no ritmo dos bancos. A escassez sempre causa um profundo choque psíquico nessas comunidades. Quando é acompanhada da consciência das desigualdades, e da suspeita de ser manipulada, o choque se transforma em fúria.

Quando se abre o novo século, fica-se impressionado com o crescente simbolismo do sangue, e com sua adaptação à demanda de pão. Em Nottingham, em 1812, as mulheres desfilaram com um pão enfiado numa vara, listrado de vermelho e atado com crepe negro, emblemático da “fome sangrenta coberta com saco de aniagem”. Em Yeovil (Somerset), em 1816, apareceu uma carta anônima, “Sangue, sangue, sangue, deve haver uma revolução geral [...]”, e a assinatura era um coração pingando sangue. Nos motins de East An-

(xiv) The hardships of that season; many rich/ Sank down as in a dream among the poor/ And of the poor did many cease to be/ And their place knew them not [...].

glia do mesmo ano, surgiram expressões como “Vamos ter sangue antes da refeição”. Em Plymouth, “um pão que fora molhado em sangue, com um coração ao lado, foi encontrado nas ruas”. Nos grandes tumultos de Merthyr em 1831, sacrificou-se um bezerro; um pão embebido em seu sangue, espetado num mastro de bandeira, serviu de emblema da revolta.¹⁶¹

Essa fúria por cereais é um clímax curioso da era do desenvolvimento agrícola. Na década de 1790, a própria *gentry* estava um tanto perplexa. Às vezes impossibilitados pelo excesso de alimentos muito nutritivos,¹⁶² os magistrados de vez em quando punham de lado a compilação laboriosa dos arquivos destinados aos discípulos de Sir Lewis Namier e espiavam de seus parques os campos de trigo em que os trabalhadores passavam fome. (Mais de um magistrado escreveu ao Ministério do Interior, naquela conjuntura crítica, descrevendo as medidas que tomaria contra os amotinados se não estivesse confinado em casa por causa da gota.) O campo não terá segurança na época da colheita, escreveu o governador de Cambridgeshire, “sem alguns soldados, pois ele ouvira falar que o povo pretendia se apoderar dos cereais quando o trigo estivesse maduro”. Ele achava tal coisa “uma preocupação muito séria” e “muito provável de acontecer nesse campo aberto, pelo menos às escondidas”.¹⁶³

“Não deves amordaçar o boi que pisoteia o trigo.” O avanço da nova economia política foi também o colapso da antiga economia moral das provisões. Depois das guerras napoleônicas, o que dela restou foi apenas a caridade — e *speenhamland*. A economia moral da multidão levou mais tempo para morrer: é adotada pelas primeiras cooperativas de moinhos de farinha, por alguns socialistas owenitas, e continuou a existir durante anos nas entranhas da Sociedade Cooperativa de Vendas por Atacado [Cooperative Wholesale Society]. Um sintoma de morte definitiva é termos sido capazes de aceitar por tanto tempo um ponto de vista “economicista” dos motins da fome, como uma reação direta, espasmódica, irracional à fome — um ponto de vista, em si, produto de uma economia política que fez do salário o nexo das reciprocidades humanas. Mais generosa, mas também mais autorizada, era a opinião do xerife de Gloucestershire em 1766. As turbas daquele ano (escreveu) tinham cometido muitos atos de violência, “alguns de dissipação e desregramento; e, em outros casos, de coragem, prudência, justiça, além de demonstrarem perseverança em procurar aquilo que professam querer alcançar”.¹⁶⁴

ECONC

I

O capítulo anterior f...
and Present, em 1971. Pu...
cuar de seus resultados. E...
subsequentes — tem sid...
suas teses. Eu tornaria o c...
tórios estão referidos.

Mas é necessário c...
igualmente sobre os sig...
mas, com pouca ou nenh...
ples, pois o “mercado” s...
econômicas e intelectua...
intercâmbio. A “econom...
a uma confluência de r...
vozes.

Primeiro, uma pala...
primeira vez em 1971, c...
provas de *A formação a*...
um estudo conjunto sob...
de 1790, em colaboraçã...
lente *Terreur et subsista*...
estava à época em Leed...
twyth) também foi rec...
quando o projeto aborto...
novo rumo: Richard Co...
a Universidade de War

